

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SÃO PAULO
PUC-SP**

Daniel Tonsic de Araujo

**O uso da contabilidade na gestão de empresas de pequeno e médio porte:
uma análise em empresas de transporte público urbano por ônibus**

MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS

São Paulo
2018

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Daniel Tonsic de Araujo

**O uso da contabilidade na gestão de empresas de pequeno e médio porte:
uma análise em empresas de transporte público urbano por ônibus**

MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciências Contábeis e Atuariais sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio de Iudícibus.

São Paulo
2018

FOLHA DE APROVAÇÃO

Daniel Tonsic de Araujo

**O uso da contabilidade na gestão de empresas de pequeno e médio porte:
uma análise em empresas de transporte público urbano por ônibus.**

MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS

BANCA EXAMINADORA:

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciências Contábeis e Atuariais sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio de Iudícibus.

Prof. Dr. Sérgio de Iudícibus (Orientador)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Prof. Dr. Wilson Toshiro Nakamura
Universidade Presbiteriana Makenzie

Livre Docente Prof. Dr. José Carlos Marion
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

AGRADECIMENTO

Agradeço aos meus pais Abel e Dolores, pessoas de infinita honestidade, otimismo e perseverança, fontes de inspiração para eu chegar até aqui.

Ao meu irmão Bruno, por toda ajuda, conselhos e incentivo no desenvolvimento deste trabalho. À minha namorada Francine, por toda a paciência e o carinho nos momentos difíceis desta empreitada.

Ao meu orientador professor doutor Sérgio de Ludícibus, por toda dedicação e por partilhar seu vasto conhecimento para enriquecer este trabalho. Aos membros da banca examinadora, professor Marion e professor Nakamura, cujas críticas serviram para enriquecer o conteúdo do trabalho.

Aos membros do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Contábeis e Atuariais da PUC-SP, por toda ajuda. A todos os colegas e professores os quais tive grande prazer de conhecer nos últimos anos.

A todos os participantes da pesquisa e demais órgãos que participaram direta e indiretamente.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de verificar a aplicação das informações contábeis em PMEs do setor de transporte urbano de passageiros e compreender a importância que os gestores dessas empresas atribuem a essas informações. Este trabalho, de caráter exploratório e qualitativo, utilizou como metodologia entrevistas semiestruturadas em que os participantes foram três empresas que se enquadram como PME e que possuem, em seu portfólio de serviços, concessão de linhas de transporte público. Com base no estudo, foi possível notar que os empresários atribuem grande importância às informações geradas pelo departamento contábil, principalmente em aspectos relacionados à gestão estratégica e aproveitamento tributário. Ainda foi possível apurar que há grande preocupação dos gestores quanto à tempestividade e relevância da informação. Por ser predominantemente elaborado por escritórios terceirizados, os entrevistados se mostraram insatisfeitos com o distanciamento entre empresa e escritórios na tratativa de problemas cotidianos. Além disso, há grande interesse em informações além da escrituração contábil, como, por exemplo, soluções corporativas e aproveitamento e otimização tributária.

Palavras-chave: Pequenas e médias empresas; Informações contábeis; transporte urbano.

ABSTRACT

This study has aimed at verify the applicability of accounting information in SME companies of public transportation sector as well attempts to understand the importance given by these companies owner-managers to the accounting statements. This qualitative research has applied semi structured interviews method. Even if there are a reasonable number of qualified SMEs firms only three companies volunteered to participate. Based on the results, it was possible to note that owner-managers recognize the importance of the accounting information on the decision making, with more relevance to the strategic management and tax information. The respondents also pointed out great relevance for the information timeliness and, due to the predominance of outsourced offices, all the respondents claimed for closest contact with the company accountant helping to deal with daily setback related do financial and tax information.

Keywords: Small and medium-sized enterprises; Accounting information; urban transport.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Tarefas de gestão financeira.....	31
Figura 2: Processo contábil e relatórios gerados	34
Figura 3: Impactos do transporte sobre a pobreza	42

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição do transporte urbano público.....	43
Gráfico 2: Transporte de passageiros (milhões).....	44
Gráfico 3: Forma de operação de empresas.....	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Tipos de usuários de informação contábil e natureza básica das informações mais requisitadas.....	35
Quadro 2:	Problemas causados por Contadores não qualificados	37
Quadro 3:	Aspectos importantes sobre o transporte público	45
Quadro 4:	Porte das empresas transporte urbano	46
Quadro 5:	Frotas e funcionários.....	47
Quadro 6:	Considerações no processo de entrevista	55
Quadro 7:	Informações gerais das empresas	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Classificação do porte da empresa de acordo com o número de funcionários.....	21
Tabela 2:	Empresas pessoal ocupado e assalariado em 31 de dezembro de 2014	21
Tabela 3:	Qualificação do Porte União Europeia	22
Tabela 4:	Qualificação BNDES	22

LISTA DE SIGLAS

ANTP	Associação Nacional de Transportes Públicos
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPC PME	Normas Contábeis para Empresas de Pequeno e Médio Porte
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
FINAME	Agência Especial de Financiamento Industrial
GEIPOT	Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes
IAS	International Accounting Standards
IASB	International Accounting Standards Board
IFRS	International Financial Reporting Standards
IFRS SMEs	International Financial Reporting Standards for Small and Medium-sized Entities
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
NTU	Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos
PME	Pequena e Média Empresa
PIB	Produto Interno Bruto
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
SBA	U. S. Small Business Administration
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa
SETPESP	Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1. Questão de pesquisa	16
1.2. Hipóteses	17
1.3. Objetivos	17
1.3.1. Objetivo geral.....	17
1.3.2. Objetivos específicos.....	18
1.4. Justificativa do trabalho	18
1.5. Estrutura do trabalho	19
2. REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1. Caracterização das pequenas e médias empresas	20
2.2. A mortalidade das pequenas e médias empresas	23
2.3. Práticas contábeis para pequenas e médias empresas	25
2.4. Estratégia, decisão e a informação contábil	30
2.5. Informações contábeis, sua importância e negligência em empresas de pequeno e médio porte	35
3. TRANSPORTE URBANO PÚBLICO	42
3.1. Importância do setor	42
3.2. As empresas de transporte urbano	45
3.3. O setor de transporte urbano e a informação contábilística	48
3.3.1. A “judicialização” das receitas.....	48
3.3.2. Gestão dos custos e despesas.....	50
3.3.3. Gestão de pessoal.....	51
3.3.4. Investimentos em frota.....	52
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	53
4.1. Coleta de dados	54
4.2. Roteiro da pesquisa	56
4.3. Pré-teste das questões	57
4.4. Limite do método da pesquisa	58
4.5. Dados coletados	58
4.6. Análise dos dados	59
5. RESULTADOS OBTIDOS	60
5.1. Perfil das empresas e dos entrevistados	60
5.2. Geração e recebimento das informações contábeis	61
5.3. Análises realizadas e a importância da informação	64
5.4. Informação contábil em áreas estratégicas da empresa	67
5.5. Comentários adicionais	69

5.6. Inferência dos dados	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
Sugestão para pesquisas futuras.....	78
REFERÊNCIAS.....	79

1. INTRODUÇÃO

A participação das empresas de pequeno e médio porte (PME) na economia é notória, seja contribuindo com a criação de empregos, arrecadação de impostos ou na participação no Produto Interno Bruto (PIB). A European Commission estima que as entidades PME representam aproximadamente 99% das empresas nos países membros da União Europeia e é responsável por dois terços dos empregos formais. No Canadá, 98% das empresas são de pequeno porte e outros 1,7% se enquadram como de médio porte (ARMITAGE et al., 2016). Schermerhorn (2007) destaca que 99% das empresas norte-americanas se enquadram como pequenas empresas, respondendo por aproximadamente 52% dos empregos no setor privado.

No Brasil, a pesquisa *Estatística do Cadastro Central de Empresas de 2014*, elaborado pelo IBGE (2016), indica que o País conta com aproximadamente 5,1 milhões de empresas e outras organizações formalmente ativas. Do total, 87,1% delas enquadram-se como microempresas e possuem até nove pessoas ocupadas, 11,1% como pequenas empresas (apresentam entre dez e 49 pessoas ocupadas) e as demais são de médio e grande porte.

Apesar da grande relevância, o Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae (2016) aponta que aproximadamente 25% das empresas têm sua continuidade interrompida nos dois primeiros anos de atividade. A alta taxa de “mortalidade” decorre de fatores como a falta de gerência, pouco controle sobre o patrimônio da empresa, problemas com captação de recursos de mercado e a alta carga tributária (SANTOS; VEIGA, 2012). O planejamento e conhecimento dos proprietários sobre o negócio bem como a capacitação em gestão empresarial também são determinantes para o sucesso do negócio (SEBRAE, 2016).

É grande o número de empreendedores que, após criar sua empresa, passam a desempenhar um papel gerencial, seja geral ou específico. No entanto, em muitos casos, o empreendedor possui conhecimento técnico da área em que pretende atuar, mas não tem experiência em exercer um papel administrativo. Ou então, ocupou cargos de gerência em empresas grandes ou médias e agora pretende

dirigir sua própria empresa, deparando-se com problemas de administração de pessoal, produção, compras, capital de giro entre outros. (KASSAI, 1997, p. 67).

Atualmente, existem aproximadamente 529 mil profissionais de contabilidade ativos no País, divididos entre contadores e técnicos em contabilidade (na proporção de 65% e 35% respectivamente). Esses profissionais compõem aproximadamente 60 mil em organizações contábeis que atendem a um universo de aproximadamente 5,1 milhões de empresas (CFC, 2017; IBGE, 2016).

No encerramento de 2007, foi aprovada a lei nº 11.638/07, tornando o Brasil um dos países a seguir a padronização internacional das normas de contabilidade. Os benefícios dessa adoção estão geralmente ligados a empresas participantes do mercado de capitais, já que busca promover a uniformidade e aumento na transparência e na qualidade das demonstrações financeiras, demandas estas que são aplicadas a empresas obrigadas a publicarem seus balanços (BLACK; NAKAO, 2017).

As PMEs também foram incluídas nas normas internacionais de contabilidade por meio de uma versão mais compacta da normatização completa (*IFRS Full*). Composta por aproximadamente 230 páginas, a norma para empresas de pequeno e médio porte foi denominada *IFRS SMES* (DELOITTE, 2014). A normatização Brasileira foi dada pelo pronunciamento CPC PME.

Segundo esse pronunciamento, as empresas enquadradas nesse porte, devem elaborar as demonstrações financeiras para fins gerais, que correspondem ao balanço patrimonial (informações sobre a posição financeira), à demonstração do resultado do exercício (apresenta o desempenho), demonstração do fluxo de caixa e notas explicativas (CPC PME R1, 2016). Avaliadas em conjunto, tais informações atendem a uma gama de usuários que não estão em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares.

A despeito de toda robustez normativa e todo o empenho dos profissionais de contabilidade, o objetivo proposto por essas práticas contábeis às PMEs ainda é pouco visto na prática. Ou seja, tais práticas contábeis ainda estão muito atreladas à prestação de informação ao fisco (FARIA; SILVA, 2014, p. 76) e seus usuários, por sua vez, são os proprietários das entidades que, muitas vezes, não possuem conhecimentos aprofundados nas técnicas administrativas e mostram grande relutância no envolvimento de especialistas, em razão da dificuldade em assimilar a

importância das informações contábeis (KASSAI, 1997). Tais fatores resultam em pouca aplicação prática dos dados gerados pelo sistema contábil.

Segundo Iudícibus, Martins e Carvalho (2005), a contabilidade nasce gerencial, tendo como objetivo principal, atender exclusivamente os interesses dos usuários internos da empresa. Para o caso das pequenas, as informações contábeis ainda possuem um viés bem mais gerencial, deixando de lado a apresentação de informações contábeis para fins gerais. Por conta disso, os padrões são pouco absorvidos por PMEs.

Inseridas na relação de empresas de pequeno e médio porte (em sua grande maioria), as empresas do setor de transportes de passageiros possuem grande destaque social (por garantir à população acesso a programas básicos) e econômico (por ser uma fatia considerável do orçamento familiar de brasileiros).

Essas empresas geralmente participam do mercado de concessões de linhas de transporte para os municípios através de licitação, sendo remuneradas por meio da cobrança de tarifas de seus usuários. Acontece que, dado o viés social anteriormente mencionado, a atuação dessas entidades é amplamente controlada por estados e municípios.

Dessa forma, essas entidades possuem características bem singulares e uma gestão complexa, o que requer de sua administração controles e informações para amparar o curso dos negócios e a tomada de decisão.

1.1. Questão de pesquisa

O alicerce da contabilidade é a capacidade de capturar os eventos econômicos, depois precificá-los e, em seguida, comunicar seus efeitos (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005). Sua existência é fruto da necessidade de se conhecer e controlar os componentes e as variações do patrimônio (OLIVEIRA; MULLER; NAKAMURA, 2000).

Apesar de dotado do conhecimento necessário para suprir o usuário quanto à posição financeira da empresa e seu desempenho, na grande maioria das empresas de pequeno e médio porte, o contador exerce o papel de prestador de informações destinadas exclusivamente ao fisco, deixando de prover informações relevantes e tempestivas para a tomada de decisão.

Existindo esse distanciamento entre o usuário e o objetivo final das demonstrações financeiras e das informações geradas pelos sistemas contábeis, o presente trabalho busca compreender como a contabilidade é envolvida nas estratégias financeiras e na tomada de decisão das empresas de transportes de passageiros.

Diante disso, levanta-se a seguinte questão problematizada:

Qual a relevância das informações contábeis na tomada de decisão dos gestores de empresas familiares de pequeno e médio porte do setor de transporte urbano de passageiros do estado de São Paulo? Bem como, em que instâncias eles recorrem às informações prestadas pela contabilidade para suportar essas decisões?

1.2. Hipóteses

As razões que podem justificar a não aplicação de informações geradas por sistemas contábeis por parte das empresas de médio porte são:

Hipótese I – O gestor de uma empresa de pequeno e médio porte prefere guiar-se com seus próprios conhecimentos, dispensando informações de especialistas. Além disso, considera que as informações contábeis são voltadas unicamente ao fisco, tendo pouca serventia para eventuais projeções.

Hipótese II – Na percepção dos gestores, o contabilista não apresenta de forma clara como as informações por ele prestadas são importantes e podem ajudar no desempenho econômico financeiro da entidade. Essa dificuldade pode ocorrer por existir pouco contato entre as partes, impedindo que haja compreensão das reais necessidades. Isso pode ocorrer em ambas as partes envolvidas.

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa, de caráter exploratório qualitativo, consiste em compreender a percepção dos gestores de empresas enquadradas como de PME do setor de transporte urbano do estado de São Paulo com relação à contabilidade e sua devida aplicação como suporte à tomada de decisão.

1.3.2. Objetivos específicos

Os objetivos específicos são:

- Pesquisar a normatização contábil para pequenas e médias empresas, bem como a convergência às normas internacionais de contabilidade;
- Estudar a relação entre o sistema de informação contábil e as organizações, de forma a observar os impactos positivos da prestação de informação contábil;
- Compreender a estrutura societária de empresas de transporte urbano, sua importância econômica e social e quais os fatores que fazem das informações contábeis aspectos importantes no cotidiano da empresa;
- Realizar entrevistas com gestores de empresas do setor destacado com o objetivo de captar a percepção destes sobre as informações contábeis;
- Elaborar reflexões sobre as respostas e comentários obtidos e concluir o trabalho com base nos resultados obtidos.

1.4. Justificativa do trabalho

A pesquisa justifica-se pelo fato de que a adoção das normas internacionais propôs diversas alterações na contabilidade como um todo, sendo que o próprio perfil do profissional teve de mudar. Hoje o contabilista deve exercer maior julgamento profissional no desempenho de suas funções e, mais além, envolver outros membros da empresa no sentido de prover dados que vão ajudá-lo a compor a informação final.

O objetivo principal do contabilista é suprir o gestor de informações para apoiar as deliberações da empresa a alcançar seus objetivos. Por outro lado, o objetivo da contabilidade ainda é bem distorcido em empresas de pequeno e médio porte, uma vez que, como apresentado anteriormente, na maioria dos casos, a única finalidade ainda é a prestação de contas ao fisco.

O setor de transporte urbano de passageiros possui grande regulamentação, bem como características peculiares, visto que, apesar de se enquadrarem em sua grande maioria como sendo entidades de pequeno e médio porte, possuem uma estrutura mais robusta, como, por exemplo, pelo volume de funcionários ativos. Dessa forma, a contribuição da presente pesquisa é fornecer subsídios à percepção

dos gestores sobre a importância das informações geradas pelos sistemas contábeis e investigar os fatores que levam esses gestores a negligenciar as informações em seu cotidiano.

1.5. Estrutura do trabalho

Esta dissertação está alicerçada em cinco capítulos, tendo seu início na Introdução (Capítulo 1), que busca contextualizar o tema, apresentar a questão de pesquisa, elencar possíveis hipóteses e, por fim, apresentar a forma a composição do trabalho.

O referencial teórico (Capítulo 2) discorre sobre os principais aspectos acerca das normas contábeis para PME e apresenta as principais dificuldades em sua adoção (Brasil e outros países). Esse capítulo traz ainda uma revisão bibliográfica de estudos que retratam a utilização de informações contábeis para a tomada de decisão em empresas de pequeno e médio porte, mostrando a percepção dos gestores sobre a importância atribuída por eles às informações contabilísticas.

O terceiro capítulo discorre informações gerais sobre o transporte urbano no País e sobre as empresas de transporte coletivo de passageiros por ônibus, apresentando sua participação no mundo das PMEs e aspectos que tornam a contabilidade uma ferramenta essencial na tomada de decisão.

O quarto capítulo apresenta a abordagem metodológica empregada nesta pesquisa, apresentado cada uma das etapas até os resultados obtidos, que possuem uma abordagem qualitativa, alcançando seus objetivos por meio de questionários encaminhados a cada uma das empresas e entrevistas concedidas. O resultado das análises, apresentado no quinto capítulo, é uma síntese dos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários.

Por fim, nas considerações finais, são elaboradas, com base no confronto das informações e resultados obtidos com o referencial teórico, as conclusões obtidas por meio desta pesquisa. Cabe destacar que ainda, nas considerações finais, há sugestões para estudos futuros.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Caracterização das pequenas e médias empresas

A qualificação do porte de uma empresa pode ser feita de várias formas. Segundo a lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, que implementou o sistema de tributação denominado Simples Nacional, as microempresas são aquelas cuja renda anual bruta não ultrapassa R\$ 360.000,00, enquanto as de pequeno porte são aquelas cuja receita anual é superior a R\$ 360.000,00 e inferior ou igual a R\$ 4.800.000,00.

O pronunciamento contábil CPC PME (R1) qualifica as pequenas e médias de forma um pouco mais genérica, sendo aquelas que:

- a) Não têm obrigação pública de prestação de contas;
- b) Elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos.

Nesse contexto, os usuários externos incluem os proprietários que não necessariamente estão ligados à administração da empresa, credores e instituições financeiras. A obrigação de prestação de contas, por sua vez, é para empresas que possuem dívidas patrimoniais negociadas no mercado de ações ou ativos em condição fiduciária.

O *Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa* (SEBRAE, 2015), classifica, como de médio porte, as entidades que possuem entre 100 a 499 funcionários (setor de indústria e construção); entre 50 a 99 funcionários para o setor de comércio e serviços. Já as empresas de grande porte são aquelas que possuem um número de funcionários maior ou igual a 500 para o setor de indústria e construção e maior ou igual a 100 funcionários para os setores de comércio e serviço.

Para melhor ilustrar a análise apresentada pelo anuário do trabalho, a Tabela 1 apresenta um resumo da classificação do porte da empresa segundo o número de funcionários:

Tabela 1: Classificação do porte da empresa de acordo com o número de funcionários

Porte	Setores	
	Indústria e Construção	Comércio e Serviço
Microempresa	até 19 pessoas ocupadas	até 9 pessoas ocupadas
Pequena empresa	de 20 a 99 pessoas ocupadas	de 10 a 49 pessoas ocupadas
Média empresa	de 100 a 499 pessoas ocupadas	de 50 a 99 pessoas ocupadas
Grande Empresa	500 pessoas ocupadas ou mais	100 pessoas ocupadas ou mais

Fonte: Sebrae e Dieese (2015, p. 17)

Um estudo semelhante elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), intitulado *Cadastro Central de Empresas de 2014*, reúne informações cadastrais e econômicas de empresas e outras organizações formalmente constituídas em território nacional. A Tabela 2 apresenta a composição das empresas segregadas por pessoal ocupado.

Tabela 2: Empresas pessoal ocupado e assalariado em 31 de dezembro de 2014

Faixas de pessoal ocupado total e seção da classificação de atividades	Empresas e outras organizações	Pessoal ocupado em 31.12		Salários e outras remunerações (1 000 R\$)	Salário médio mensal (salários mínimos)
		Total	Assalariado		
0 a 9	4.442.670	11.525.208	5.837.718	101.838.021	1.229,90
10 a 49	564.733	10.372.893	9.222.170	173.222.318	1.422,91
50 a 249	74.961	7.428.420	7.302.908	185.818.942	1.944,05
250 ou mais	20.993	25.937.471	25.908.915	1.010.526.043	2.979,92
Total	5.103.357	55.263.992	48.271.711	1.471.405.324	

Fonte: IBGE (2016, p. 26).

Dessa forma, com base nos dados apresentados no estudo do IBGE, 99,6% das empresas brasileiras possuem até 249 pessoas ocupadas enquanto 0,4% possuem 250 funcionários ou mais.

O Serviço de Publicações da União Europeia (UE), em seu departamento de publicações de Direito (ERU – Lex), apresenta uma análise semelhante ao Dieese, todavia com duas considerações adicionais, volume de receita e ativos (Balanço).

Tabela 3: Qualificação do Porte União Europeia

Porte	Funcionários	Receita	Balanco
Microempresa	<10	≤ € 2	≤ € 2
Pequena empresa	<50	≤ € 10	≤ € 10
Média empresa	<250	≤ € 50	≤ € 43

Fonte: EUR - Lex (2017).

Segundo o *Guia do Utilizador da Comissão Europeia* (2015), apesar de considerar aspectos relativos ao faturamento e valor de balanço, o volume de funcionários é fator determinante. O *Guia*, inclusive, apresenta ressalvas ao tipo de assalariado que pode ser ponderado para enquadramento do porte da empresa.

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2015) toma o faturamento como premissa principal para classificar o porte de uma empresa, conforme apresentado na Tabela 4:

Tabela 4: Qualificação BNDES

Porte	Faturamento
Microempresa	Até R\$ 2,4 milhões.
Pequena Empresa	Acima de R\$ 2,4 milhões até R\$ 16 milhões
Média Empresa	Acima de R\$ 16 milhões até R\$ 90 milhões.
Empresa Média-Grande	Acima de R\$ 90 milhões até R\$ 300 milhões.
Grande Empresa	Acima de R\$ 300 milhões.

Fonte: BNDES (2015, p. 5).

Ao contrário dos outros órgãos estudados, o BNDES é o único que apresenta uma categoria intermediária entre médias e grandes empresas, cujo faturamento fica entre 90 e 300 milhões de reais.

Outra qualificação de porte empresarial (que não envolve entidade de pequeno e médio porte) é a dada pela lei nº 11.638/07, que alterou a conhecida Lei das Sociedades por Ações (lei nº 6404/76). Segundo a lei nº 11.638/07 em seu artigo 3º, parágrafo único:

Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). (BRASIL, 2007)

Portanto, existem várias formas de enquadramento do porte de uma empresa, sendo a definição mais subjetiva aquela trazida pelo CPC PME, já que as demais definições possuem alguns pontos em comum, como ocupação de pessoal, faturamento anual e ativo total.

Devido às características das empresas de transporte urbano, o presente trabalho leva em consideração a combinação dos seguintes fatores para definição de empresas de pequeno e médio porte:

- a) Não obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras, por conta do mercado de capitais;
- b) Receitas auferidas no último exercício;
- c) Pessoal ocupado.

2.2. A mortalidade das pequenas e médias empresas

A “morte” de uma empresa, no sentido de ser extinta do mercado, pode ocorrer por vontade dos sócios ou em virtude de problemas econômico-financeiros. A falência geralmente está ligada a fatores econômicos e de mercado, fazendo com que a empresa deixe de ser rentável, passando por problemas financeiros, alheios à vontade dos sócios (COUTO, 2012).

Segundo Santos (2000), a falência é um estado econômico-jurídico no qual uma entidade está impossibilitada de solver seus compromissos futuros. A insolvência, por sua vez, está ligada também a falta de capacidade de honrar suas obrigações, todavia, isso ocorre por alocação inadequada de seus recursos e geralmente está intimamente ligada à liquidez da empresa (FAMÁ; GAVA, 2000).

Santos e Veiga (2012) destacam, em sua obra, que as micro, pequenas e médias empresas passam por diversos desafios durante os primeiros anos de vida. Para corroborar com essa informação, dados do Sebrae (2016) apontam que 23% das empresas fundadas em 2012 tiveram suas atividades encerradas nos primeiros dois anos.

O encerramento das atividades das empresas pode estar ligado a diversos fatores, dentre eles Santos e Veiga (2012) relacionam os seguintes:

- Falta de gestão;
- Dificuldades na obtenção de crédito;

- Problemas de ordem fiscal e tributária;
- Falta de preparo dos gestores;

Schermerhorn (2007), embasado por dados do *U.S. Small Business Administration* (SBA), aponta que entre 60% e 80% dos pequenos negócios fracassam em seus cinco primeiros anos de operação. A pesquisa *Causa Mortis* (SEBRAE, 2014) mostra que as empresas que conseguem se manter, atuando no mercado brasileiro, apontam que o acompanhamento rigoroso de seus produtos (67% dos entrevistados) e uma análise de suas despesas e receitas (53% dos entrevistados) estão entre os fatores determinantes para sua sobrevivência.

Ihua (2009) explorou os fatores chave que levam as PMEs na Nigéria e Reino Unido à falência. Dentre os fatores destacados, estão: a falta de gestão, contabilidade e práticas contabilísticas pobres, falta de capacidade de gestão e planejamento financeiro e altas taxas de impostos.

Resnik (1990) apresentou, em sua obra, dez condições decisivas para o sucesso e sobrevivência da pequena empresa. Dentre elas, o autor ressalta a manutenção dos controles contábeis necessários para compreender e administrar uma empresa. Segundo o autor, a falta de um sistema eficaz de contabilidade é um problema administrativo.

Segundo Lenzi e Kiesel (2009), a falta de planejamento, manutenção inadequada das memórias de cálculo, desconhecimento dos tributos e análises financeiras e de custos inadequados estão entre as 14 causas de fracasso empresarial.

A fragilidade empresarial no universo das PMEs é a dificuldade de se encontrar e a quase inexistência de contabilidade gerencial e relatórios contábeis que possam refletir a qualidade econômica dessas empresas. O rumo delas, geralmente, é dado pelo método *feeling*, cujos gestores, de certa forma, concluem sobre o sucesso da empresa, sem qualquer preparo ou estudo de mercado ou viabilidade econômica (SILVA; MARION, 2013, p. 1-2).

Alguns modelos para prever falência das empresas foram elaborados. Biever (1966) e Altman (1968) foram os primeiros autores a pesquisar sobre a aplicação e combinação de índices na tentativa de prever a falência de empresas. Brigham e Ehrhardt (2015) frisam que as potenciais dificuldades financeiras são geralmente evidenciadas por meio de uma análise dos índices apresentados pela empresa,

muito tempo antes que ela entre em processo de falência. Todavia, para que sejam aplicáveis, é necessário que as informações financeiras sejam confiáveis.

De forma geral, a previsão da continuidade ou não de uma empresa parte de modelos que tomam como premissa as informações financeiras prestadas pela contabilidade. Para que isso seja possível, o contabilista deve ser capaz de interpretar, mensurar e registrar adequadamente os eventos da empresa. O gestor, por sua vez, deve receber essa informação e tratá-la para que seja útil a tomada de decisão e concluir sobre a continuidade operacional da empresa. Nota-se, portanto, que é necessário que o trabalho seja feito em conjunto e deve estar bem alinhado para garantir a continuidade da empresa.

2.3. Práticas contábeis para pequenas e médias empresas

Um dos principais documentos balizadores da contabilidade brasileira é a lei nº 6.404/76, também conhecida como Lei das SA. O fato de possuir os principais critérios de avaliação contábil estabelecidos por lei foi grande obstáculo para qualquer inovação, em virtude de que qualquer alteração demanda um processo complexo e moroso que requer aprovação do Congresso Nacional (LONGO, 2017).

Ao final de 2007, com a aprovação da lei nº 11.638/07, a legislação contábil passou por uma grande mudança, introduzindo o Brasil no grupo de países optantes pelas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Atualmente essa normatização é adotada por 150 jurisdições, 37 delas nas américas (IFRS FOUNDATION, 2017).

Antes mesmo da adoção dos padrões internacionais, Leme e Silva (2007) perceberam que as emanadas pelo IASB eram uma tendência mundial. Àquela época, os autores analisaram as empresas que já adotavam essas práticas, concluindo que as principais divergências entre as demonstrações elaboradas com base no IFRS e a antiga Lei das SA estavam no imposto de renda diferido, efeitos das variações cambiais e reclassificações de contas contábeis.

Longo (2017, p. 17) destaca que os objetivos da atualização da lei nº 6.404 são:

- Adequar a parte contábil da lei para proporcionar maior transparência e qualidade às informações contábeis;

- Harmonizar a lei com as melhores práticas contábeis internacionais, referenciando o IASB como fonte das normas contábeis a ser utilizada;
- Eliminar ou diminuir as dificuldades de interpretação e de aceitação de nossas informações contábeis;
- Reduzir o custo provocado por essas dificuldades de interpretação e aceitação.

Mais além, a prática contábil passou a ser baseada em princípios exigindo maior julgamento dos responsáveis por elaborar as demonstrações financeiras e os analistas, que passam a ter maior condições de melhor conhecer a gestão da empresa e a própria empresa (MARTINS; DINIZ; MIRANDA, 2016, p. 57).

A primazia da essência sobre a forma, ou seja, observar uma transação em seu cerne, foi outro fator introduzido pela normatização internacional. Esse fator é tão relevante para a informação contábil que deve ser tratado como um postulado contábil (IUDÍCIBUS, 2015, p. 66). Segundo o autor, sempre que houver discordância entre a forma jurídica e a essência econômica, a contabilidade deve privilegiar a segunda alternativa.

Ao observar a essência das transações, as informações contábeis passaram a ser dotadas de maior qualidade de apresentação, visto que deixam de lado as regras impostas por uma contabilidade que até então era voltada basicamente para atender o fisco e passam a refletir os eventos econômicos das entidades (MARTINS in LOPES, 2012).

Segundo Boscov (2013), a implementação das normas internacionais de contabilidade em empresas de grande porte promove mudanças de políticas contábeis e organizacionais dentro das empresas. Além disso, notou-se também mudanças culturais, uma vez que o contador teve que interagir com um número muito maior de áreas dentro das empresas, como, por exemplo, tecnologia da informação, engenharia e alta administração.

As empresas enquadradas como PME, mais tarde, tiveram de adotar práticas internacionais de contabilidade. Todavia as práticas, para essas entidades, foram resumidas em uma única norma o *IFRS for SMEs (International Financial Reporting Standards for Small and Medium sized Entities)*. Paul Pacter (in MACKENZIE et al., 2011) destaca que os padrões destinados a PME representam apenas 10% dos *IFRS full*, uma vez que possui apenas 230 páginas das mais de duas mil páginas.

Para facilitar as práticas PMEs, existem algumas simplificações, como, por exemplo, a não abordagem de tópicos como o lucro por ação, demonstrações

financeiras intermediárias e informações por segmento. Esses tópicos são considerados menos relevantes para PMEs (DELOITTE, 2014), embora não exista impedimento em sua adoção para empresas de menor porte.

No Brasil a normatização para pequenas e médias empresas foi introduzida por meio do CPC PME, emitido em 2009 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. O Conselho Federal de Contabilidade, no mesmo ano, emitiu a resolução CFC nº 1.255/09 que aprova o NBC TG 1000, tornando assim obrigatória a aplicação dos padrões internacionais a todas as entidades de PME. O pronunciamento foi revisado e aprovado em novembro de 2016.

Muitas PMEs, assim como as empresas de grande porte, sofreram impactos iniciais nos instantes posteriores à adoção das práticas contábeis internacionais. No Brasil, estudos que tratam desse assunto indicam que tanto as entidades quanto seus contabilistas tiveram dificuldades na adoção dessas novas práticas.

A pesquisa de Segura et al. (2010) buscou identificar o nível de conhecimento dos gestores das PMEs em relação aos relatórios adotados pelo IFRS. Os autores, àquela época, conseguiram identificar grande deficiência dos gestores com relação ao CPC PME. Outro aspecto apontado foi a falta de conhecimento contábil, o que dificulta qualquer interpretação das normas.

Correr et al. (2015) identificaram as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais de contabilidade do Paraná em elaborar as demonstrações financeiras com base nas normas internacionais de contabilidade entre os anos de 2012 e 2015. Os autores atribuíram as dificuldades principalmente à elaboração das demonstrações contábeis e notas explicativas e a obtenção de informações de seus clientes. Outro revés é a falta de educação continuada dos profissionais que atuam no ramo de pequenas e médias empresas.

Riva e Salotti (2015), ao analisarem se houve melhorias na qualidade das demonstrações financeiras, destacam que a adoção de padrões internacionais de elaboração de demonstrações contábeis possibilita a captação de recursos financeiros (crédito). Entretanto, após analisar 179 empresas sujeitas ao CPC PME, o estudo concluiu que a adoção dessas normas tem pouca relação com medidas de qualidade da informação contábil.

Segato (2015) aponta que a dificuldade dos contabilistas está diretamente ligada as de repasse dos honorários, uma vez que estes são incompatíveis com a responsabilidade e risco técnico do trabalho, além da prática recorrente da

songação fiscal, falta de controles internos das empresas de menor porte e pouco interesse dos proprietários nas informações geradas pela contabilidade.

Silva e Costa (2016) analisaram a relação entre o nível de *disclosure* e as características das PMEs, com maior ou menor nível em suas divulgações. O estudo coletou demonstrações financeiras no *Diário Oficial de São Paulo* entre os anos de 2010 a 2012. Com uma amostra de 304 empresas de capital fechado, o estudo concluiu que as empresas com um porte um pouco maior cujas demonstrações são auditadas por uma empresa de auditoria de renome (*Big Four*) possuem um maior nível de *disclosure*. Por outro lado, notaram que a simples demanda normativa não é fator determinante para um maior nível de *disclosure*, dependem também de incentivos econômicos e interferência do mercado.

Em outros países, que também passaram por essa fase de transição ao se adotar as normas internacionais, as barreiras são semelhantes às enfrentadas no Brasil. Em alguns casos, existem diferenças muito grandes entre as normas contábeis do país e as internacionais de contabilidade.

O custo na adoção das normas internacionais supera seu benefício, conforme é possível observar no estudo elaborado por Stainbank (2008). Além disso, considerando a elaboração das demonstrações financeiras somente para fins gerais, é difícil mitigar quais seriam as reais necessidades desses usuários externos.

A limitação da definição de empresas de grande porte e de PMEs, além da negligência quanto às diferentes necessidades das empresas de portes diferentes, dando destaque somente na demanda de empresas com negócios globais, foi criticada por Fearnley e Hines (2007). Os autores entrevistaram entidades reguladoras, diretores de companhia e auditores entre novembro de 2003 e janeiro de 2004, quando ocorreu a adoção na União Europeia.

Masca e Gall (2008) também tecem críticas à adoção das normas internacionais, em alusão à introdução das normas na Romênia. No período entre 2000 e 2004, os autores notaram dificuldades na adoção, principalmente pela tradução pouco precisa do inglês. Outro fator é que a norma guarda pouca relação com aquela dotada à época no País, o que gerou desequilíbrio entre o custo e benefício de se obter a informação contábil. Os autores propuseram, em seu trabalho, a flexibilização das normas de maneira que as empresas desse porte adotassem os padrões internacionais à medida que se tornassem mais robustas.

Strouhal (2012) discorre sobre custos e benefícios na adoção do IFRS SMEs para a República Tcheca. Por fazer parte da União Europeia, a República Tcheca é obrigada, desde 2005, a se enquadrar às normas do IFRS. Para essas empresas, devido às grandes diferenças entre as normas internacionais e as locais, a maior dificuldade foi fazer com que os elaboradores passassem a entender a “nova forma de pensar em contabilidade”, uma vez que elas saíram de normas baseadas em regras e passaram a utilizar normas baseadas em princípios. Considerando os problemas enfrentados por grandes empresas, o autor ressalta ainda que a maior dificuldade na aplicação do IFRS SMEs está relacionada à capacitação de pessoal e custos ligados à elaboração de duas contabilidades, uma econômica e outra voltada a atender o fisco.

Gungormus e Uyar (2013) avaliaram a percepção dos contabilistas sobre as normas internacionais de PMEs na Turquia. Os pesquisadores concluíram que os profissionais de contabilidade não estavam totalmente a par da normatização, principalmente quanto aos métodos de mensuração dos itens além de destacarem que aqueles respondentes, cuja formação acadêmica e experiência na área contábil eram maiores, tiveram melhor desempenho nos testes.

Perera e Chand (2015) realizaram um estudo da relação entre a adoção e o cumprimento das normas internacionais para PMEs e sua correlação com a *usefulness theory* e a *paking order theory*, concluindo que existem diversos problemas conceituais e práticos na adoção das normas.

As pequenas e médias empresas, em sua grande maioria, contratam escritórios para que estes realizem os registros contábeis. Esses escritórios absorvem todos custos inerentes a esse processo de transição entre as normas contábeis. Fica a cargo deles, ainda, o treinamento de seu pessoal, alterações sistêmicas e uma proximidade maior com seu cliente. Por outro lado, cabe a quem contratou o serviço compreender a nova demanda de informações exigidas para adequação dessas práticas.

Martins (in LOPES, 2012) afirma que todos os envolvidos no processo passam por uma curva de aprendizagem e que é preciso mais alguns anos até que se estabilize. Em países da Europa, a convergência das normas internacionais levou quatro anos para efetiva adoção. Exigiu-se um grande esforço dos alunos, elaboradores, auditores, credores e demais usuários das demonstrações contábeis

para se adaptar as novas normas contábeis, ou seja, um enorme investimento de tempo e dinheiro com estudos, análises e discussões.

Apesar de possuir a função básica de produzir informações úteis aos usuários, possibilitando que estes possam tomar decisões (MARION, 2008), no universo das PMEs, essas informações acabam limitadas unicamente a exigências fiscais.

Segundo Santos e Veiga (2012), com a globalização, que afeta os mercados locais, principalmente em países emergentes, surge a necessidade de um novo profissional na área contábil. Passa a ser exigido que esse profissional seja atualizado, dinâmico, comprometido e integrado com a empresa. Ademais esse profissional deve ser capaz de prover uma visão estratégica de diversas áreas da empresa, tais como custos, planejamento tributário e recursos humanos.

A adoção das normas internacionais é benéfica para a contabilidade, pois além de transformá-la em uma linguagem universal, valoriza a profissão do contabilista que passa a exercer mais seu julgamento profissional. Todavia a adoção desses padrões em PMEs ainda enfrenta barreiras que derivam de múltiplos fatores, desde dificuldades com custo de adoção, dificuldades dos contabilistas, etc.

2.4. Estratégia, decisão e a informação contábil

Decidir é o ato de deliberar ou tomar uma decisão sobre algo. Tomar decisões é uma prática fundamental e cotidiana dentro das corporações, ocorrendo o tempo todo e em todos os níveis, independentemente se essa entidade faz parte do setor público ou privado (GONTIJO; MAIA, 2004, p. 14).

Segundo Lenzi e Kiesel (2009, p. 188), o processo decisório é mental e abstrato e está diretamente ligado à informação, à compreensão e à inteligência de cada gestor. Antes da tomada de decisão, a informação deve criar significado, construir o conhecimento para futuramente agir (CHOO, 2003, p. 27 e 29).

Decidir também implica em optar por uma alternativa de ação em detrimento de outras disponíveis, em função de preferências, disponibilidades, grau de aceitação e risco. Nessa visão, decidir antecipadamente constitui-se em controlar seu próprio futuro (FREZATTI, 2007, p. 8). Nesse sentido, Choo (2003, p. 43) destaca que metas e objetivos são estabelecidos previamente, quando os gestores

identificam problemas no estabelecimento desses objetivos, procurando informações sobre alternativas e consequências.

No mundo da gestão financeira moderna, conforme destaca Neves (2000), há dois grandes grupos de tomada de decisão, as de ordem operacional e as decisões estratégicas. As de ordem estratégica estão ligadas principalmente às decisões de médio e longo prazo. As decisões operacionais estão mais ligadas ao curto prazo, ou seja, relacionadas à gestão corrente da empresa (NUNES; SARRASQUEIRO, 2004). A Figura 1 sintetiza a percepção de Neves (2000).

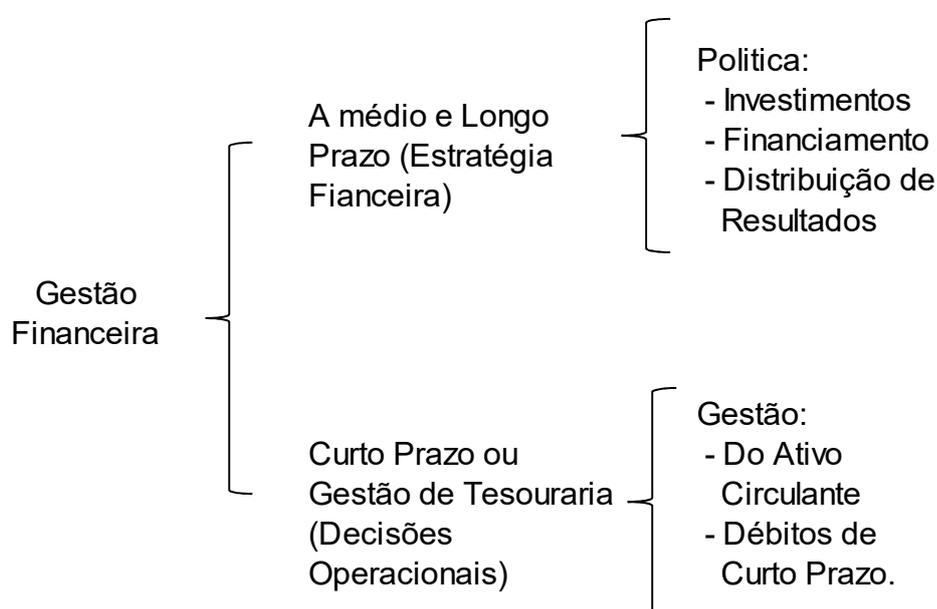


Figura 1: Tarefas de gestão financeira

Fonte: Neves (2000, p. 15).

A estratégia financeira tem relação com a criação de políticas de investimento, ou seja, análise da rentabilidade e riscos potenciais envolvidos nas de longo prazo. As estratégias de financiamento, por sua vez, estão relacionadas aos recursos que a entidade tem de arrecadar para os investimentos que pretende realizar. Por fim, a distribuição de lucros prevê a melhor forma na qual a empresa deve distribuir a riqueza auferida em um período entre retenções e dividendos, analisando os aspectos fiscais e legais.

Do ponto de vista Ansoff (1977, p. 3), os objetivos da empresa são alcançados através do lucro, mais especificamente transformando seus recursos em bens e serviços, obtendo retorno à medida que os vende. O processo de consumo

desses recursos exige que decisões sejam tomadas ao longo do percurso. Segundo o autor, as decisões são subdivididas em três categorias: estratégicas, operacionais e administrativas.

As decisões operacionais visam à maximização da rentabilidade das operações, aumentando a eficiência no consumo dos recursos da empresa. Elas tendem a absorver a maior parte do tempo da empresa. Já as estratégicas são focadas no exterior da empresa, como, por exemplo, produtos vendidos, mercados que atuam. Geralmente as decisões estratégicas são tomadas em ambiente de limitação de recursos e envolve a aplicação desses recursos em um conjunto de alternativas. Por fim, as decisões administrativas estão ligadas à distribuição dos recursos da empresa de forma a promover a execução com melhores resultados (ANSOFF, 1977).

Dessa forma, a tomada de decisão em empresas está ligada a escolha das alternativas disponíveis que fazem a entidade alcançar seus objetivos. Seja na aplicação de recursos internos, distribuição de resultados aos sócios, captação de externos, a decisão é uma conduta racional que deve ser embasada por informações completas a fim de suportar as estratégias e planejamento dos gestores.

Para Frezatti (2007), o planejamento deve anteceder a decisão de execução de uma estratégia. Segundo o autor, a elaboração de um plano faz com que uma decisão seja tomada antecipadamente, visando atender os objetivos traçados pela empresa.

O controle, por sua vez, está intimamente ligado ao planejamento, pois este determina quais são os objetivos da empresa a serem alcançados, enquanto aquele verifica se tais objetivos estão sendo atingidos, o que permite conhecer a situação da organização (VIEIRA et al., 2015, p. 380).

Conforme destacam Oliveira et al. (2009), fatores, como tamanho e complexidade da organização, responsabilidades e caráter preventivo, resumem a importância da implantação de controles que permitem comparar a realidade com aquilo que foi planejado, identificar desvios quando estes ocorrerem e implantar medidas que permitam garantir a continuidade de uma entidade.

Inserida no contexto de decisões, planejamento e controles, estão as informações geradas pelo sistema contábil. A contabilidade é o conjunto de princípios e mecanismos por meio dos quais os elementos econômicos, em sua

forma bruta, são captados, classificados, registrados e apresentados periodicamente, na forma de relatórios contábeis e gerenciais com o objetivo de promover seu efetivo controle e gestão desses elementos (CAMPIGLIA, 1966; OLIVEIRA, PEREZ JR.; SILVA, 2009). O contabilista, por sua vez atua como locutor dessas informações, observando esses eventos e os decodificando-os por meio de relatórios (STROEHER, 2005).

A análise financeira consiste na identificação e exame dos ajustes dos fluxos financeiros visando testar as condições de equilíbrio ao normal funcionamento da empresa. A informação contábil se torna a fonte que sustenta essa análise financeira, determinando o crescimento de capital por meio de seu resultado líquido, avaliando periodicamente os ativos detidos pela empresa em contrapartida aos quais se contrapõem as dívidas (NEVES, 2000, p. 50).

Segundo Santos e Barros (2011), as decisões financeiras tendem a variar, dependendo da forma em que cada indivíduo avalia uma informação disponível ou algum fator relevante. Oliveira et al. (2009) destacam que as informações constantes nas demonstrações financeiras devem proporcionar dados sobre a entidade que favoreçam o usuário a chegar às conclusões que almeja. Os autores observam que os atributos essenciais da informação apresentada no balanço são:

- Confiabilidade;
- Tempestividade;
- Compreensibilidade;
- Comparabilidade.

Sob a óptica sistêmica, a contabilidade é parte do ambiente que, por sua vez, proporciona a ela informações internas e externas à organização. Dessa forma, transformando-a em um elo entre a administração e outras áreas da entidade (OLIVEIRA et al., 2009). Como qualquer outro sistema, o contábil necessita de recursos para seu processamento, com o objetivo de transformar dados em informações úteis para o processo decisório (PADOVEZE, 2002).

Resnik (1990) sustenta que o estabelecimento de um sistema eficaz de contabilidade deve ser feito desde o começo da empresa, caso contrário, a falta dessa informação pode impactar a entidade anos a fio. Sem os dados numéricos e sem os controles internos que um bom sistema de contabilidade fornece, a empresa pode perder o rumo.

Oliveira et al. (2009) sintetizam o processo de geração de informações contábeis da seguinte forma:

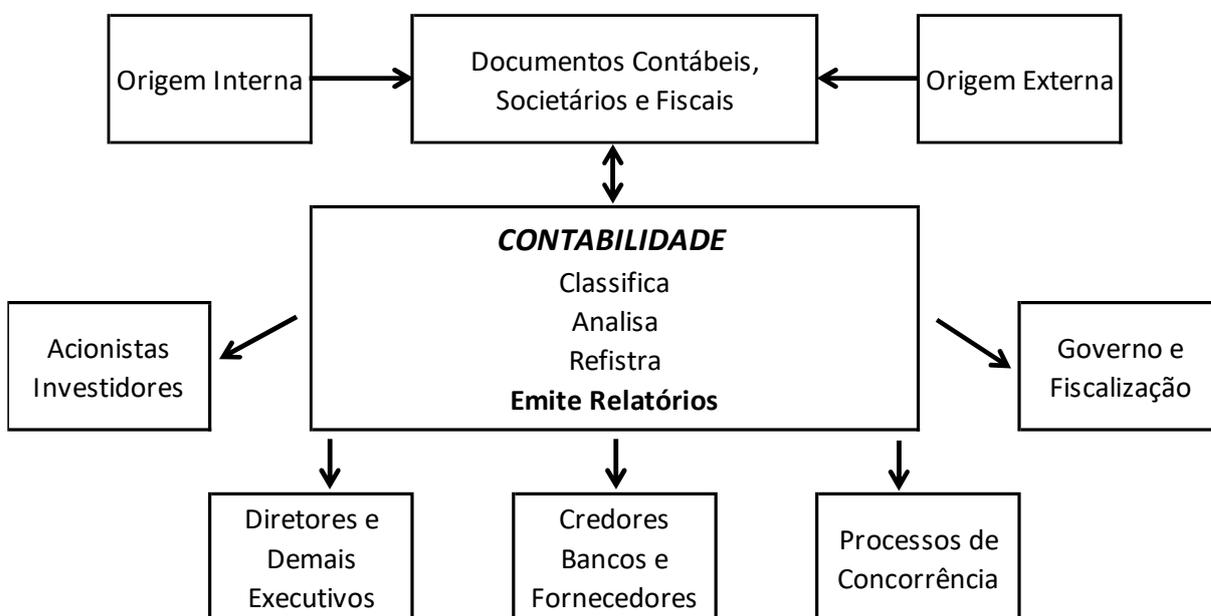


Figura 2: Processo contábil e relatórios gerados

Fonte: Oliveira, Perez Jr. e Silva (2009, p. 68)

O *output* do sistema contábil é relevante quando há valor preditivo e valor como *feedback*. O conceito de preditivo está ligado à possibilidade de aplicar em modelos (definidos pelo usuário), probabilidade de prever resultados passados ou presentes. O *feedback*, por sua vez, é a possibilidade de rever e ajustar suas estratégias (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2014).

Em uma visão mais aprofundada do elaborado por Oliveira et al. (2009), apresentado na Figura 2, Iudícibus (2015) sintetiza quem são os principais usuários das informações e como essas informações podem interessar aos usuários.

Quadro 1: Tipos de usuários de informação contábil e natureza básica das informações mais requisitadas

Usuário da informação contábil	Meta que desejaria maximizar ou tipo de informação mais importante
Acionista minoritário	Fluxo Regular de Dividendos
Acionista majoritário ou com grande Participação.	Fluxo de dividendos, Valor de Mercado da Ação, Lucro por Ação.
Acionista preferencial	Fluxo de dividendos mínimos ou fixos.
Emprestadores em geral	Geração de Fluxos de caixa suficientes para receber de volta o capital mais os juros com segurança.
Entidades governamentais	Valor Adicionado, Produtividade, Lucro Tributável
Empregados em geral, como assalariados.	Fluxo de Caixa futuro capaz de assegurar bons reajustes ou manutenção de salários com segurança.
Média e alta administração.	Retorno sobre o ativo, retorno sobre o patrimônio líquido, situação de liquidez e endividamento confortáveis.

Fonte: Iudicibus (2014, p. 5).

Como resultado dos procedimentos e técnicas contábeis, são fornecidos aos usuários informações relevantes que servem de subsídio para a tomada de decisão. Por outro lado, a produção dessas informações deve ser realizada de tal forma que seja possível refletir adequadamente a situação econômica da empresa, exigindo, assim, profissionalismo e competência na execução de seus trabalhos.

2.5. Informações contábeis, sua importância e negligência em empresas de pequeno e médio porte

O sistema de informação contábil é responsável por gerar relatórios que servem de suporte à tomada de decisão de gestores das entidades, sendo o contabilista o responsável por captar, mensurar e classificar os eventos econômicos que fazem parte do sistema de informações contábeis. O presente tópico tem o objetivo de explorar as razões que levam os gestores a negligenciar, por diversas, vezes tais informações.

A informação contábil possui uma gama de usuários e cada um desses usuários tem um interesse diferente na informação contabilística. Neves (2000)

resume os usuários em seis classificações: a primeira é o gestor, que faz análises sobre a evolução financeira da empresa para embasar suas decisões futuras; os credores, que buscam informações para assegurar os créditos concedidos à empresa; os funcionários, interessados em observar a segurança de seus empregos; os investidores, que buscam, nas informações financeiras, embasamentos para aplicar mais dinheiro ou ceder sua posição; os clientes (e fornecedores), que avaliam o grau de dependência da empresa; e, por último, o Estado, que vai observar a capacidade da empresa em contribuir com a arrecadação.

Para o caso da PME, a aplicação da informação contábil é mais voltada ao gestor e ao Estado, uma vez que usualmente as outras classes de usuários procuram outras fontes de informação para alcançar seus objetivos.

A lógica contábil nem sempre é clara para seus usuários, fazendo com que as informações geradas se transformem em meras obrigações assessórias fiscais (STROEHER, 2005) e, conseqüentemente, acaba como um gasto operacional desnecessário, não correspondendo às expectativas informacionais da empresa. Segundo a autora, no ponto de vista dos empresários, não há uma convicção de que as informações contábeis fornecidas pelos contadores são utilizadas no dia a dia, nem tão pouco se fazem diferença, pois a maioria dessas informações é de caráter legal, fiscal e burocrática, ou seja, representada por guias de pagamento de tributos e outras obrigações legais (ibid., p.141).

Outro aspecto, conforme destacado por Alves e Arima (2006), desde o início do século XXI, surgiram algumas indagações acerca da validade dos saldos contábeis, bem como a atuação dos contadores, que eram tachados como agentes passivos diante das tecnologias, sociedade e do mundo dos negócios como um todo, sendo as informações providas pouco tempestivas e úteis.

Conforme destaca Resnik (1990), o contador qualificado pode contribuir com o desempenho de uma empresa. Por outro lado, a contratação de profissionais pouco preparados, sem tempo ou inclinação para dar o suporte necessário, pode ir além da indiferença, tornando-se uma ameaça à empresa. O autor lista problemas para detecção de profissionais pouco qualificados, apresentados no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2: Problemas causados por Contadores não qualificados

Problema		Impactos
Nº	Descrição	
1	Contadores de pequenas empresas possuem um número muito grande de clientes e poucas horas por mês para dar atenção à cada uma delas.	Por possuírem poucas horas, realizaram trabalhos limitados a atualização do livro caixa da empresa com base em números brutos transmitidos a ele. Esse trabalho será limitado também a prestação de contas mensais e anuais ao fisco.
2	Alguns contadores não confiam na eficácia dos relatórios financeiros como ferramenta administrativa.	Esses relatórios podem conter erros significativos ou enganos cometidos pelo próprio cliente. Há casos que esses relatórios financeiros são emitidos tão tarde, que acabam se tornando informativos a título de curiosidade.
3	Muitos contadores de pequenas empresas estão muito pouco preocupados para adequação dos sistemas contábeis das empresas, bem como eficiência de seus funcionários.	Transferem a seus clientes a responsabilidade da escrituração e não os responsabilizam de forma alguma pelas informações que possam estarem erradas.
4	Poucos contadores de pequenas empresas têm interesse ou inclinação para ajudar a estabelecer controles contábeis básicos baseados em números.	Muitos contadores não têm tempo ou interesse para o lado operacional da empresa, fazendo com que a gestão de caixa, estoques, contas a pagar, contas a receber e outros, não tenham qualquer relação com o trabalho que vão desempenhar.
5	Embora um contador experiente possa ser uma fonte inestimável de conselhos práticos, poucos fazem o uso ativo desta prática.	Isso ocorre principalmente por eles não terem dedicado tempo o suficiente para o conhecimento da empresa na qual estão trabalhando, ou preferem se abster de chamar atenção de eventuais incorreções geradas por seus clientes.
6	Muitos contadores não se supriram de uma preparação tributária realmente profissional ou de um planejamento tributário sensato e informado.	Esse problema pode impactar diretamente a entidade. Um planejamento eficaz deve observar tanto as leis em vigor quanto as necessidades da empresa.

Fonte: Resnik (1990).

Contadores qualificados são indispensáveis para uma empresa, visto que suas contribuições para os negócios são relevantes. Por outro lado, à contratação de contadores pouco preparados, sem tempo ou inclinação para dar o suporte necessário, pode ir além da indiferença, tornando-se uma ameaça à empresa (RESNIK, 1990).

As informações contábeis, principalmente para PME, ainda estão muito ligadas a prestação de contas ao fisco. A pesquisa de Nunes e Sarrasqueiro (2004) mostrou que gestores de empresas de pequeno porte, cuja contabilidade era elaborada internamente, davam mais valor a informação contábeis para realizar

análises estratégicas e operacionais. Segundo os autores, isso ocorre, pois, via de regra, a contabilidade elaborada externamente tem o propósito legal e fiscal.

Conforme Lenzi e Kiesel (2009, p. 187), as empresas, principalmente as PMEs, ainda se norteiam tomando como base a contabilidade fiscal, o que não é correto sob o ponto de vista da avaliação da saúde financeira. Segundo o autor, a adoção dessa prática não permite uma visão geral dos ativos, passivos, receitas e despesas da empresa.

O estudo realizado por Sian e Robert (2009) identificou que a noção de finanças dos gestores de PME tende a variar significativamente e, além disso, os autores apresentam evidências de que a maioria das empresas depende de seus contadores para a elaboração das demonstrações financeiras. Ademais, os autores apontam a perplexidade dos gestores com a complexidade das informações a eles prestadas.

Em outro estudo, Collis e Jarvis (2002) pesquisaram 385 empresas de pequeno porte no Reino Unido em 1999. Por meio dessa pesquisa, os autores comprovaram que as informações financeiras são cruciais para o sucesso das empresas. Segundo os autores, as empresas pesquisadas apresentaram forte ênfase na aplicação de métodos de controle de caixa e monitoramento do desempenho. Por outro lado, os entrevistados mostraram ter mais interesse nas informações de fluxo de caixa e relatórios gerenciais sendo as informações societárias úteis somente em bases anuais.

Smith e Fadel (2010) realizaram uma pesquisa exploratória em empresas calçadistas de pequeno porte na região de Franca, interior de São Paulo. Nessa pesquisa, as autoras buscaram compreender como os gestores dessas empresas receberam as informações contábeis e como as aplicaram. As pesquisadoras notaram que apesar da grande maioria receber demonstrativos financeiros (balanço patrimonial, 66% dos respondentes; e demonstração do resultado do exercício, 39%) apenas 15% dos entrevistados recebem de forma mensal e às aplicam em alguma análise. Foi observado ainda que, em sua grande maioria, eles preferem aplicar controles próprios para a gestão do negócio. Por fim, 8% dos entrevistados atestam que esses relatórios não são fidedignos à realidade da empresa e outros 8% desconhecem a aplicabilidade desses relatórios na gestão dos negócios.

Anjo et al. (2011) observaram, em seu estudo, a aplicação das informações contábeis em cooperativas no estado do Alagoas. Os autores constataram que a

contratação de contabilistas não toma como premissa sua experiência profissional e que, dentre os serviços contratados por esse tipo de entidade, estão folha de pagamento (87%), elaboração de guias e livros fiscais (ambos 100%). Corroborando assim a ideia de que os serviços contábeis tendem a ser voltados para cumprir e escriturar obrigações fiscais, transformando os serviços contábeis mais caros do que úteis.

Alves (2013) também explorou a utilidade da informação financeira para tomada de decisão, focando suas análises em PME nas cidades de Luanda e Lisboa por meio de estudos de caso. A autora observou que, para 80% das empresas angolanas, a contabilidade é como instrumento essencialmente fiscal, enquanto 40% das empresas portuguesas defendem uma posição semelhante. Outro dado interessante apontado pela pesquisa é que 60% das entidades de Lisboa consultam seus contadores antes de tomar uma decisão.

Com base nos trabalhos analisados, é possível notar uma demanda por informações financeiras tempestivas que servem de suporte para a tomada de decisão. Apesar dessa necessidade, foi notado pouco conhecimento por parte de gestores de empresas de pequeno e médio porte, sobre qual o real objetivo da informação contábil, bem como do papel do profissional de contabilidade na entidade, sendo geralmente associados à geração de informações e obrigações acessórias para a prestação de contas ao fisco.

Por outro lado, os escritórios que prestam serviços a esse tipo de empresa têm sua parcela de responsabilidade, não se posicionando de forma clara sobre a forma, tempestividade e nível de informação prestada. Cabe ao profissional (detentor do conhecimento técnico do assunto), compreender e transmitir a seu cliente a forma mais adequada de atender sua demanda por informação, bem como as informações necessárias para realizar o serviço adequadamente.

O tipo de informação a ser gerada pela contabilidade pode variar conforme o usuário. Segundo Neves (2000), os gestores demandam informações a fim de auxiliá-los na análise da evolução da empresa e, assim, permitindo controlar os objetivos e tomar decisões futuras. Outro grupo de usuários, como, por exemplo, credores, funcionários e governo buscam nas informações contábeis a informação que lhe é mais útil.

Dessa forma, existe a demanda por informação financeira, gerada por um sistema contábil, todavia ainda persiste a aversão dos gestores quanto à contabilidade como um todo.

Resnik (1990) destaca as fontes dessa “aversão” e elenca alguns aspectos que podem auxiliar na superação. Primeiramente, é preciso se familiarizar com os termos básicos, como as informações geradas e qual o nível desejado, visto que, a partir do momento em que o gestor toma conhecimento da “linguagem universal dos negócios”, essas informações passam a ser aplicáveis ao negócio. Também é de grande importância o conhecimento de alguns fundamentos e técnicas da escrituração contábil, o que facilita o entendimento sobre a forma de apresentação dos relatórios.

Outra parte importante é ter bom conhecimento do profissional contratado. Segundo Resnik (1990), o empresário deve buscar boa referência profissional além de avaliar se esse contabilista fornece segurança quanto ao conhecimento técnico e clareza na transferência de informações. Esse tipo de segurança ocorre mediante a entrevistas prévias. O autor lista sete aspectos que um bom profissional de contabilidade deve prover às empresas:

- a) Ajuda a instalar um sistema adequado de contabilidade e mostra ao gestor como tirar o máximo de proveito dele;
- b) Ajuda a organizar e supervisionar os funcionários internos na escrituração dos livros;
- c) Fornece relatórios financeiros pontuais e precisos para auxiliar o administrador a compreender o que está se passando na empresa;
- d) Assegura que controles financeiros adequados sejam aplicados para que não haja o desperdício de recursos;
- e) Ajuda a detectar desvios e fraudes;
- f) Prepara as obrigações acessórias em dia e precisas para que o gestor da empresa possa se beneficiar de eventuais economias tributárias;
- g) Fornece conselhos sobre problemas operacionais da empresa.

Outros fatores, como a implementação de sistemas eletrônicos para registro das informações, os chamados sistemas ERP – Enterprise Resource Planning, facilitam a gestão de informações fornecidas ao sistema contábil. Conforme pesquisa realizada por Spathis e Ananiadis (2005), a aplicação de sistemas eletrônicos permitiu ganhos na flexibilização da provisão de informações por meio do

monitoramento de receitas e despesas, o que favorece a tomada de decisões. Essa melhoria também foi percebida no estudo de Salehi et al. (2010), que, ao avaliarem empresas no Irã, notaram a melhoria nas informações financeiras em um ambiente onde há a aplicação de sistemas de informação contábil.

3. TRANSPORTE URBANO PÚBLICO

3.1. Importância do setor

A partir da década de 1930, o Brasil vivenciou forte industrialização. Essa mudança no perfil econômico resultou no êxodo populacional do campo para as cidades, dando início ao processo de ocupação desordenado. As camadas menos favorecidas da população foram alocadas em áreas mais distantes dos centros (GREMAUD et al., 2007; ARAÚJO, 2013).

Segundo Araújo (2013), esse processo de espraiamento das cidades fez com que aumentassem as distâncias percorridas. Nesse contexto, o transporte urbano destaca-se por sua importância como ferramenta a favor da igualdade social por promover o acesso a serviços, atividades sociais básicas e às oportunidades de emprego (GOMIDE, 2003, p. 10). Bastos (2012) exalta a relevância econômica (evidenciada pela geração de empregos), além do arcabouço jurídico que envolve a prestação de serviço de transporte urbano um serviço público.

Gomide (2003) sintetiza os impactos do transporte urbano sobre a pobreza na Figura 3:

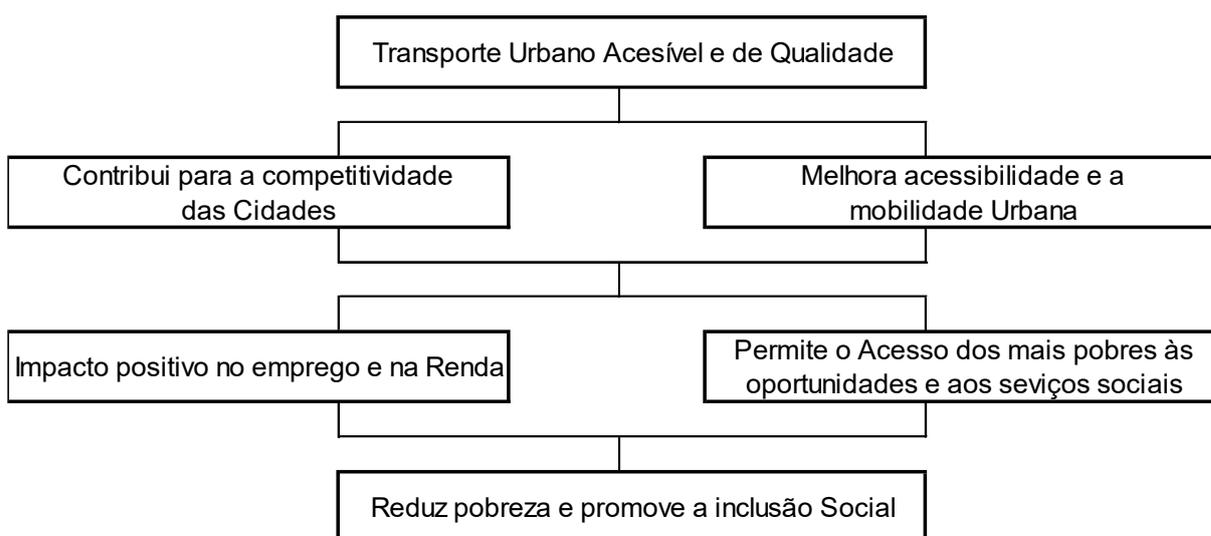
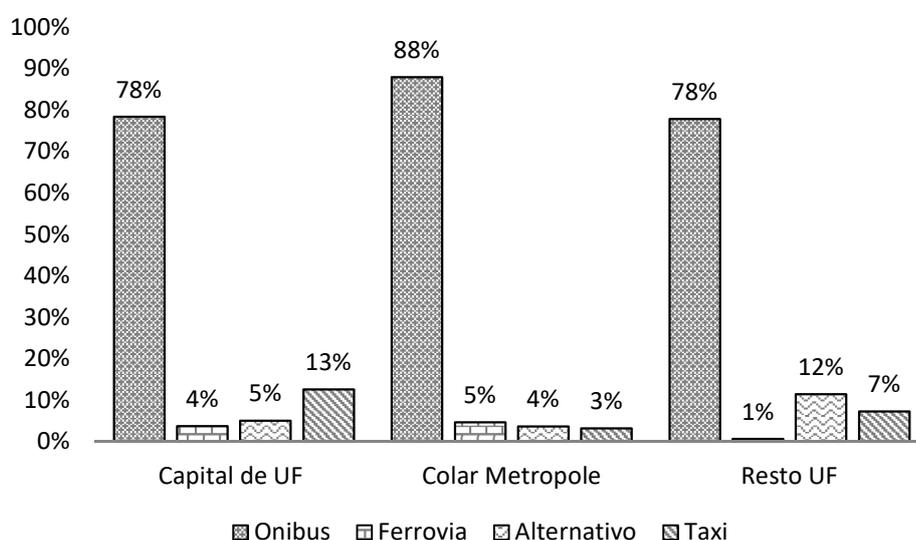


Figura 3: Impactos do transporte sobre a pobreza

Fonte: Gomide (2003, p. 10).

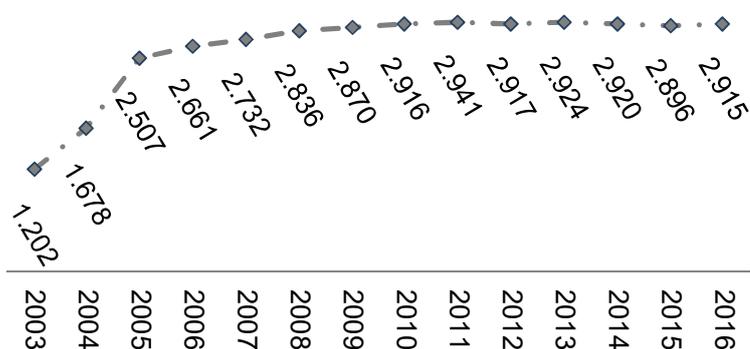
A proporção do transporte urbano público no orçamento familiar é outro aspecto a ser destacado. Segundo estudo realizado pelo IPEA (2012), embasado pela *Pesquisa de Orçamento Familiar* (POF) de 2009, os moradores das regiões metropolitanas comprometem aproximadamente 15% de sua renda com transporte urbano. Dentre as modalidades de transporte urbano público, o ônibus ainda tem grande destaque quando comparado a outras formas, conforme é possível observar no Gráfico 1:

Gráfico 1: Distribuição do transporte urbano público



Fonte: IPEA (2012, p. 6).

Couto (2011) destaca que os serviços de transporte público coletivo de passageiros correspondem a 65% dos deslocamentos nas capitais do Brasil. A empresa São Paulo Transporte S.A. – SPTrans mostra que, nos últimos 14 anos, foram transportados em média 2,6 bilhões de habitantes por meio do transporte público no município de São Paulo:

Gráfico 2: Transporte de passageiros (milhões)

Fonte: Elaborado pelo autor com dados SPTrans.

O *Relatório de 2014 do Sistema de Informações de Mobilidade Urbana*, desenvolvido pela Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP, 2016), mostra que, das 18,2 milhões de viagens feitas por meio de transporte coletivo, aproximadamente 69% são realizadas por ônibus municipais e outros 18% por ônibus metropolitanos (entre municípios).

O mesmo relatório destaca alguns dados importantes sobre o transporte público no Brasil, relacionados no Quadro 3:

Quadro 3: Aspectos importantes sobre o transporte público

Nº	Qualificação	Descrição
1	Recursos Humanos	A operação do transporte público coletivo é feita por aproximadamente 600 mil profissionais. Na mobilidade urbana como um todo (incluindo Gestão do Trânsito e Taxistas) são estimados 901 mil empregos diretos.
2	Tempo Gasto	O tempo médio Gasto por habitante é de 19 minutos em municípios menores e 55 minutos em municípios maiores (com mais de 1 milhão de habitantes).
3	Energia Consumida	Dos 13,6 milhões de Toneladas Equivalentes de Petróleo, 24% é consumido pelos transportes públicos. Automóveis consomem aproximadamente 71% dos derivados de petróleo. Este aspecto impacta também a emissão de poluentes.
4	Custos Pessoais e Públicos	Os Custos Pessoais (custos arcados por usuários) representam R\$ 39,8 bilhões. Já os custos públicos (manutenção do sistema viário) representam aproximadamente R\$ 2,7 bilhões. Estes valores desconsideram outros custos, como poluição e acidentes.
5	Distância Percorrida	Estima-se que em 2014 as pessoas percorreram aproximadamente 249 bilhões de quilômetros. Deste total 145 milhões foi feito por meio de ônibus.

Fonte: Adaptado de ANTP, 2016

Apesar de apresentar aumento no volume de passageiros transportados, o relatório anual de 2015-2016 da ANTP (2016) aponta consecutivas quedas na demanda, 2% entre o período 2015/2016 e 9% no período 2014/2015.

Um dos indicadores para queda, conforme observado pelo IPEA (2012), pode ser o barateamento dos custos do transporte privado entre os anos de 2003 e 2009. Couto (2011) afirma que o maior anseio, dentre outras demandas, dos usuários do transporte público, é a rapidez, ou seja, despende o menor tempo possível em seus trajetos. Portanto, a partir do momento em que encontra alternativas ao transporte público, o usuário acaba optando por outra forma de deslocamento.

3.2. As empresas de transporte urbano

Conforme mencionado anteriormente, as empresas de transporte urbano participam desse mercado por meio de concessões. A transferência da responsabilidade do poder público à iniciativa privada é uma tendência no Brasil (PEREIRA; ESPEJO, 2012, p. 129).

A ANTP, que representa as empresas operadoras de ônibus urbanos e metropolitanos no Brasil, realizou um estudo sobre a situação econômico-financeira das empresas de transporte público e urbano.

A coleta de dados foi realizada entre 23 de março a 12 de maio de 2017 por meio de entrevistas telefônicas a 225 executivos de empresas em 115 municípios. A seguir, são apresentados alguns dados relevantes da pesquisa com o objetivo de fornecer um panorama geral das empresas participantes do setor em âmbito nacional.

Segundo o estudo, aproximadamente 88% das empresas de transporte urbano entrevistadas são compostas por empresas de porte pequeno e médio porte. O Quadro 4, a seguir, apresenta a distribuição das empresas por região e porte:

Quadro 4: Porte das empresas transporte urbano

Classificação	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Total Geral
Grandes	5	1	5	15	1	27
Médias	6	4	24	66	20	120
Pequenas	3	3	14	38	20	78
Total Geral	14	8	43	119	41	225

Fonte: NTU (2017, p. 3).

O estudo considerou o faturamento anual como premissa de classificação de porte das empresas. As empresas de grande porte são aquelas cujo faturamento é superior a R\$ 90 milhões; médio porte, as empresas com faturamento entre R\$ 16 e R\$ 90 milhões; e pequeno porte, com faturamento inferior à R\$ 16 milhões.

Outro ponto importante destacado pelo estudo é o volume de funcionários que atuam nessas empresas. As grandes empresas contam com uma média de 1,8 mil funcionários, as PMEs empregam entre 268 e 622 pessoas respectivamente. O Quadro 5 apresenta a composição desses números e, também, a frota média por cada tipo de empresa.

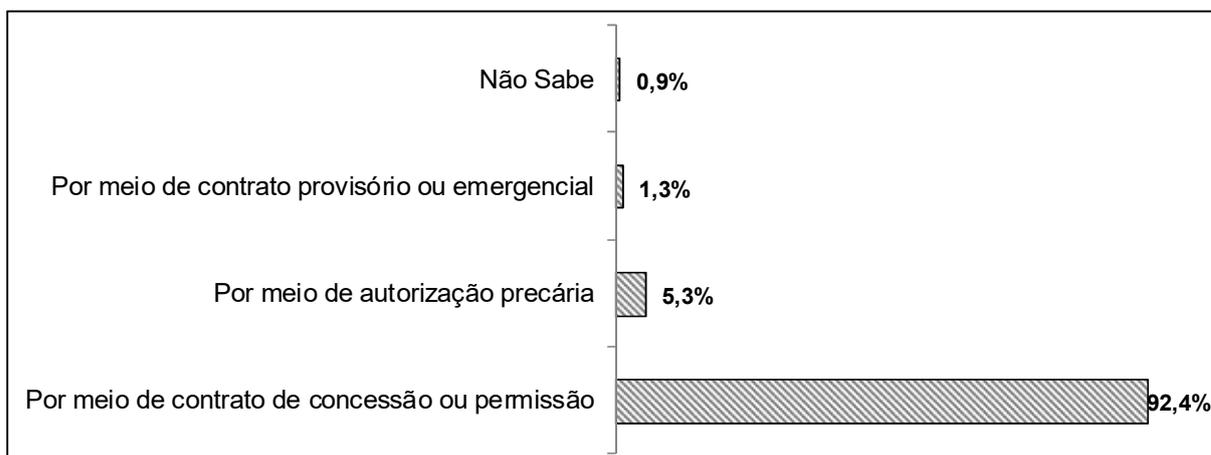
Quadro 5: Frotas e funcionários

Classificação	Frota		Funcionários	
	Total	Média	Total	Média
Grandes	9.619	369	47.124	1.812
Médias	18.227	158	67.140	622
Pequenas	4.503	58	19.283	268
Total Geral	32.349	144	133.547	594

Fonte: NTU (2017, p. 4).

Como é possível observar, as empresas enquadradas como de pequeno porte contratam em média 268 funcionários enquanto as de médio porte possuem uma média de 622 funcionários. Cabe destacar aqui que, caso se aplique o critério de qualificação de porte do Sebrae, essas empresas, consideradas de médio porte, são enquadradas como de grande porte.

Segundo dados, 92,4% das empresas possuem contratos de concessão ou permissão. Outros 5,3% atuam por meia autorização precária, que são aquelas cujo contrato está vencido, porém permanecem em vigor por força de lei nº 8.987 (BRASIL, 1995, art. 41, § 2). O Gráfico 3 apresenta esses dados.

Gráfico 3: Forma de operação de empresas

Fonte: NTU (2017, p. 11).

Quando questionados sobre a revisão tarifária, 25,9% das empresas responderam que os reajustes foram realizados conforme contratualmente previstos. Por outro lado, quase três em cada dez empresas possuem dívidas com a previdência social e 36% assumiram possuir alguma dívida com a União.

3.3. O setor de transporte urbano e a informação contábilística

Foi possível observar a escassez de trabalhos que abordam especificamente a relação das empresas do transporte urbano e a aplicação das informações contábeis na gestão dessas empresas. Determinou-se que a informação contábilística pode ser relevante, com base na análise das questões de pesquisa levantadas em alguns trabalhos acadêmicos e outros materiais de órgãos e instituições ligadas ao transporte público examinado nos seguintes aspectos:

- a) Gestão das receitas;
- b) Gestão dos custos/despesas;
- c) Gestão de pessoal; e
- d) Gestão de capital para investimento.

3.3.1. A “judicialização” das receitas

Segundo Barat (1991, p.51 apud VITTE; IMAEDA, 2007, p. 74), desde o pós-guerra, o transporte urbano passou a ser predominantemente constituído por ônibus, sendo esta a alternativa mais viável, uma vez que, ao setor público, cabia unicamente a responsabilidade da conservação das vias, enquanto a operacionalização dos veículos poderia ser realizada pela iniciativa privada.

O direito a transporte é previsto no artigo 7º, Capítulo II, inciso IV na Constituição de 1988, que transfere aos municípios a responsabilidade de organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão, serviços de utilidade pública incluindo o transporte público urbano.

O modelo de concessão (o mais adotado pelos municípios) segue as diretrizes previstas na lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, que no parágrafo II do artigo 2º destaca que a concessão de um serviço público deve ocorrer mediante a licitação.

A lei nº 12.587 de 2012 (chamada Lei do Mobilidade Urbano), em seu artigo 10º, destaca que o processo licitatório deve observar os seguintes aspectos:

- (...)| - fixação de metas de qualidade e desempenho a serem atingidas e seus instrumentos de controle e avaliação;
- II - definição dos incentivos e das penalidades aplicáveis vinculadas à consecução ou não das metas;
- III - alocação dos riscos econômicos e financeiros entre os contratados e o poder concedente;

IV - estabelecimento das condições e meios para a prestação de informações operacionais, contábeis e financeiras ao poder concedente; e

V - identificação de eventuais fontes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, bem como da parcela destinada à modicidade tarifária. (...). (BRASIL, 2012)

Conforme destaca Carvalho (2016), a concessionária que vence o processo licitatório tem seus serviços custeados exclusivamente pela arrecadação tarifária, que deve ser capaz de cobrir os custos de prestação de serviços. Por outro lado, há a demanda da sociedade por maior qualidade de transporte público e redução do valor das passagens. Como o modelo atual de financiamento, e estruturação de custos, é muito difícil para o poder público atender a essa demanda.

Eventuais isenções concedidas a idosos, estudantes, pessoas com deficiências e outras devem ser incorporados ao preço final e o reflexo imediato é o aumento das tarifas (PEREIRA et al., 2014).

A revisão do valor das tarifas é previsto no artigo 9º, parágrafo 2º, da lei nº 8.987/1995, tendo em vista o equilíbrio econômico financeiro dos contratos. Diferentemente dos reajustes tarifários (que visam a reposição da inflação), a revisão do valor cobrado por passageiro deve ocorrer quando as condições estruturais se alteram, o que causa desequilíbrio no sistema. A definição da política tarifária é uma responsabilidade do poder público e não guarda necessariamente relação com a estrutura de custos dos sistemas de transporte ou com a tarifa de remuneração das operadoras (CARVALHO, 2016).

Apesar de existir uma previsão legal, a revisão do valor não é algo simples de ser alcançado pelas empresas e, conforme apresentado anteriormente, parte das empresas não conseguem ao menos se valer dos reajustes previstos em contrato.

Para toda revisão tarifária, é exigido das empresas a elaboração e apresentação da planilha GEIPOT. Essa metodologia de cálculo tarifário foi apresentada pelo Grupo Executivo de Integração da Política de Transporte em 1982 e compila informações estimadas sobre consumo, número de passageiros, dentre outras, e se tornou referência no País à época e ainda é amplamente aplicada por essas entidades, mesmo com extinção do grupo em meados de 2002 (ARAÚJO, 2013; COUTO, 2011; BASTOS 2012).

Bastos (2012) apresenta uma série de fatores que questionam a adequação dessa planilha como metodologia de cálculo. Segundo o autor, fatores como índices

de consumo de combustível, procedimento de cálculo de depreciação e até mesmo a adoção de novas tecnologias tornam essa planilha algo ultrapassado.

Levando em consideração o volume de leis que servem de embasamento para garantir as receitas das empresas de transporte urbano, são as mesmas regras que vão servir de freio em uma eventual queda na arrecadação ou a necessidade de aumento tarifário, visto que é sempre necessário que a empresa justifique seus custos ao setor público responsável por pleitear um eventual ajuste tarifário, por meio do GEIPOT e, recentemente, pela metodologia dos Custos dos Serviços de Transporte Público por Ônibus (ANTP, 2017), abordado mais adiante.

Nesse sentido, as informações contábeis podem favorecer as empresas de transporte urbano com uma melhor gestão de suas receitas de forma a garantir o equilíbrio econômico financeiro da concessão e ajudar em um eventual pleito por ajuste tarifário, ou até mesmo, formando um conjunto de informações confiáveis que permitam as empresas se resguardarem quanto ao ressarcimento de seus custos.

3.3.2. Gestão dos custos e despesas

A estrutura de custos e despesas, para empresas de transporte urbano de passageiros, geralmente está ligada ao consumo de insumos à manutenção da frota, derivados do petróleo (combustíveis e lubrificantes) e pessoal (condução, manutenção e administrativo).

Com uma demanda cada vez mais crescente por tecnologia, nos últimos anos, passou-se a exigir dessas empresas a manutenção de equipamentos ligados à tecnologia da informação principalmente no que se refere à automação de cobrança e serviços facilitadores ao usuário, localização de linha, internet na frota, etc.

O transporte urbano, já há algum tempo, vem passando por processo de modernização decorrente do avanço tecnológico. Segundo Jensen (1996, apud SILVA, 2000), os sistemas dedicados a aplicação da tecnologia de informação estão relacionados a melhoria de segurança, eficiência e efetividade do transporte urbano, informações ao viajante sobre seu trajeto e garantia de segurança aos motoristas. Bastos (2012) destaca a automação do sistema de cobrança tarifário e a integração modal, que permite que o usuário trafegue por mais de uma modalidade de transporte urbano.

Durante o processo licitatório, há casos em que o município exige de empresas de ônibus melhorias como instalação de pontos de ônibus e outras infraestruturas. Mesmo considerada ultrapassada, a planilha GEIPOT permite ter uma noção das proporções como, por exemplo, pneus, itens de manutenção e outros gastos decorrentes da operação da empresa.

Recentemente, em agosto de 2017, a ANTP emitiu uma publicação intitulada *Custo dos Serviços de Transporte Público por Ônibus*. Essa nova planilha incorporou alguns termos e elementos introduzidos no processo licitatório os quais não eram percebidos no GEIPOT.

Apesar de ter o objetivo de auxiliar as administrações municipais na definição do valor de custo por passageiro transportado e permitir ao usuário conhecer o cálculo dos custos envolvidos no transporte público, além de definir uma justa remuneração que contribua para a melhoria dos serviços (ANTP, 2017), essa metodologia guarda pouca relação com a contabilidade assim como aspectos econômicos financeiros. É possível notar isso em estimativas como depreciação, custo e a aplicação de parâmetros que tomam como referência o preço do veículo (como no caso do consumo de peças e acessórios e custos ambientais).

De certa forma, por possuir grande impacto no resultado da entidade, as informações de geração de custo aplicadas ao cálculo tarifário tendem a ter maior relevância para os gestores. Por outro lado, o sistema contábil deve ser capaz de gerar relatórios que permitam ao usuário informações como controle dos estoques de insumos e posição dos gastos mensais com manutenção da infraestrutura que serão aplicadas na prestação de serviços.

3.3.3. Gestão de pessoal

A gestão de pessoal é outro aspecto relevante dentro da administração de empresas de transporte urbano. Apesar de a grande maioria ser empresas enquadradas como de médio porte e familiares, essas entidades geralmente possuem um volume maior de funcionários quando comparadas a outras empresas prestadoras de serviços. Conforme apresentado pela pesquisa da NTU (2017), as empresas desse setor contratam em média 594 funcionários.

Dessa forma, o gerenciamento das obrigações trabalhistas e encargos incidentes sobre ela tomam maior relevância que em outras empresas prestadoras de serviços, visto que, geralmente, estas possuem um volume inferior de

funcionários. Há também fatores como greves que, ao contrário de outras empresas, possui um impacto muito maior em termos sociais, pois guarda relação direta com o deslocamento de pessoas.

3.3.4. Investimentos em frota

Outro aspecto de grande relevância nesse tipo de empresa é a frota. Sob a ótica contábil, a frota se destaca em proporção do imobilizado da empresa e tem grande dispêndio com manutenção.

Ademais, para atender usuários e aspectos legais, as empresas devem manter sua frota conforme requisitos mínimos de idade. Esse parâmetro é definido por cada município no momento da licitação, todavia, na maioria dos casos, esse tempo é de dez anos.

Outra forma de financiamento são as linhas de crédito específicas para máquinas e equipamentos (FINAME) fornecidos pelo BNDES, ou financiamentos incentivados pelo governo federal como o caso do Refrota 17. Segundo o Portal Brasil (2017), esse programa foi lançado pelo Ministério das Cidades e é destinado à renovação de frotas do Transporte Público Coletivo Urbano. Segundo a NTU (2017), o crédito é liberado por meio da Caixa Econômica Federal e já é utilizado por algumas empresas.

Independentemente da instituição que fornecerá esse crédito, em ambos os casos, são realizadas análises de crédito por meio da avaliação das demonstrações financeiras da empresa, bem como a concessão de bens como garantia.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Triviños (2015), após a formulação do problema, o pesquisador deve estruturar como a pesquisa será desenvolvida, para permitir a coleta de dados e, futuramente, a análise de forma racional. O autor aponta a existência de três formas principais de estudos:

- Exploratórios;
- Descritivos; e
- Experimentais.

Pesquisa de caráter exploratória normalmente ocorre quando há pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada e que se busca conhecer com maior profundidade o assunto de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa a fim de permitir que haja o aprofundamento de conceitos preliminares (BUEREN, 2006, p. 80).

Triviños (2015, p. 109) qualifica o estudo exploratório como aquele que o pesquisador parte de uma hipótese específica e aprofunda seu arcabouço teórico de forma a avaliar uma realidade específica tendo em vista a expansão do conhecimento e, assim, encontrar elementos necessários para obter os resultados que deseja de uma determinada população pesquisada.

Após definir a estrutura do trabalho, o pesquisador deve definir o tipo da pesquisa, segregado entre qualitativa ou quantitativa. Martins e Theóphilo (2009, p. 107) afirmam que a pesquisa quantitativa é aquela em que os dados e evidências coletados podem ser quantificados e mensurados. Já a abordagem qualitativa é dada quando o pesquisador busca compreensões, percepções e interpretações de fatos que naturalmente não são dados por números.

A abordagem qualitativa, também conhecida como naturalística, é dada à influência do ambiente ou investigação etnográfica por sua tradição antropológica (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 141; TRIVIÑOS 2015, p. 120), requer que o pesquisador interaja por um tempo prolongado com o ambiente no qual o fenômeno que deseja estudar está inserido. Os dados captados em pesquisa qualitativa, geralmente, não podem ser mensurados ou observados diretamente (AAKER et al., 2003).

Dessa forma, o pesquisador busca captar as opiniões, as crenças, o significado das coisas, apresentar atitudes e os hábitos de pequenos grupos, selecionados de acordo com os perfis determinados (VIEIRA, 2009, p. 5).

Lazarsfeld (apud MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 140) destaca três situações onde se presta atenção particular a indicadores qualitativos:

- a) Situações nas quais a evidência de qualitativa substitui a simples informação estatística relacionada a épocas passadas;
- b) Para capturar dados psicológicos;
- c) Para descobrir e entender a complexidade e interação de elementos relacionados ao objeto do estudo;

Justamente por não possuir evidências estatísticas as pesquisas qualitativas geralmente não são generalizáveis, mas exploratórias, visto que procuram conhecimento para uma questão sobre a qual as informações disponíveis são escassas (VIEIRA, 2009, p. 6).

Dado o volume de trabalhos recentes, relacionando empresas de pequeno porte e a contabilidade e, ainda mais raros, trabalhos cujo tema aborda questões relacionadas a empresas de transporte urbano e a informações contabilísticas, a presente pesquisa é de caráter exploratório e do tipo qualitativa, visto que busca obter a percepção dos gestores acerca das informações contabilísticas.

4.1. Coleta de dados

Dentre as técnicas de coleta de dados na pesquisa qualitativa, está a entrevista semiestruturada. De forma geral, essa técnica busca entender o significado que o entrevistado atribui a uma dada situação, com base nas opiniões conjecturais do pesquisador (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 88).

Triviños (2015, p.146) classifica a entrevista semiestruturada como aquela que parte de questionamentos básicos, suportados na teoria analisada e hipóteses levantadas pelo pesquisador, oferecendo um grande campo de interrogativas que podem surgir à medida que as repostas ocorrem. Nesse sentido, conforme destaca Bueren (2010, p. 133), essa modalidade de entrevistas ao mesmo tempo que valoriza a presença do entrevistador possibilita que o informante use toda a sua criatividade, o que dá valor à investigação.

Aaker et al (2003) destacam que esse tipo de método possui algumas limitações e implicações, como, por exemplo, o consumo de tempo que é bem maior que outros métodos. Além disso, possui custos mais elevados e é administrativamente mais difícil de se realizar, visto que por muitas vezes, por conta de conflito de agenda, pode enfrentar interrupções.

Apesar de dispor de certa liberdade no andamento da conversação, recomenda-se a adoção de um roteiro (VIEIRA, 2009, p. 22). Martins e Theóphilo (2009) destacam que o roteiro deve possuir as informações chave que forneçam ao pesquisador percepções e interpretações dos eventos, além de demandar alguns cuidados, como, por exemplo, os relacionados no Quadro 6:

Quadro 6: Considerações no processo de entrevista

#	Descrição
a	Planejar a entrevista, delineando cuidado somente o objetivo a ser alcançado.
b	Quando possível conter algum conhecimento prévio sobre o entrevistado.
c	Atentar para os itens que o entrevistado deseja esclarecer, sem manifestar opiniões.
d	Obter e manter a confiança do entrevistado.
e	Ouvir mais que falar.
f	Evitar divagações.
g	Registrar as informações e dados e evidências durante a entrevista.
h	Com a concordância do entrevistado, usar gravador.
i	Se necessário formular questões secundárias: - O que faz pensar assim? - Pode falar mais sobre isso? etc.

Fonte: Adaptado de Martins e Theóphilo (2009 p. 89).

Triviños (2015) indica que, dentre as formas de permitir que o cientista obtenha abertura desejada, uma delas é possibilitar ao entrevistado fornecer informações a respeito de sua vida, como, por exemplo, descrição das atividades profissionais e sua ocupação no meio em que trabalha.

Na tentativa de alcançar o maior número possível de empresas, foi apresentado o projeto de pesquisa à Superintendência do Sindicato Empresas de

Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo – SETPESP¹, que representa aproximadamente 150 empresas (segundo dados da própria entidade).

O *site* da SETPESP disponibiliza parte do endereço eletrônico das entidades as quais representa. A lista contempla 117 empresas possibilitou a seleção daquelas empresas que possuíam serviços de transporte público de passageiros em seu portfólio de serviços. Essas informações foram obtidas por meio de busca no *site* de cada uma das empresas, alcançando um número de sessenta empresas.

As cartas convites foram encaminhadas, inicialmente, via correio eletrônico.² A segunda tentativa de contato foi realizada por meio de rede de relacionamentos corporativos LinkedIn®, consultando-se o nome da entidade e identificando pessoal relacionado à administração.

As empresas interessadas, responderam ao contato indicando a forma que desejavam participar por meio de entrevistas face a face, contato telefônico ou videoconferência (via Skype®).

As entrevistas (somente três gestores optaram por participar da pesquisa) foram realizadas entre os dias 1 de setembro a 15 de outubro de 2017.

4.2. Roteiro da pesquisa

A entrevista semiestruturada permite ao pesquisador maior liberdade para a coleta de dados, por outro lado, sua preparação é uma das etapas mais importantes da pesquisa e requer tempo além de exigir alguns cuidados, como, por exemplo, planejamento da entrevista, ter em vista o objetivo a ser alcançado e a escolha do entrevistado (BONI; QUARESMA, 2005, p. 72). Outro fator a ser considerado está na forma de preparação das questões para evitar situações que possam constranger o entrevistado (AAKER et al., 2003).

Ao longo da entrevista, o pesquisador deve se atentar a cobrir tópicos previamente definidos (AAKER et al., 2003, p 192), de forma a balizar a discussão para o assunto que o interessa. Perguntas adicionais devem ser feitas para elucidar

¹ O item 4.4 – Limite do Método de pesquisa discorre mais detalhadamente quem são os membros dessa associação.

² O endereço eletrônico dessas empresas está disponível para livre consulta no *site* da SETPESP em: <<http://www.setpesp.org.br/links.aspx?XD=22>>.

questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75).

O roteiro de entrevista, apresentado no Apêndice A, utilizou adaptações de questões aplicadas em pesquisas anteriores, como Nunes e Sarrasqueiro (2004) Stroehrer (2005) e Alves (2013). As questões também levaram em consideração as percepções relatadas por alguns autores como Resnik (1990), Alves e Arima (2006), Oliveira et al. (2009) e constatações ao longo da pesquisa bibliográfica.

Dessa forma, o roteiro de entrevista foi segregado em cinco partes.

- Parte I – Perfil dos Entrevistados e das Empresas: captação de informações gerais acerca da empresa e do próprio entrevistado. Essas questões são importantes para resguardar que o participante esteja envolvido na gestão da empresa e que a entidade se enquadra como PME.
- Parte II – Geração e recebimento das informações contábeis: busca avaliar como as informações são elaboradas (internamente ou terceirizada), como são transmitidas ao usuário e em qual periodicidade.
- Parte III – Percepção da importância e aplicação das informações contábeis: nesse ponto, a pesquisa busca observar a percepção dos empresários sobre a importância das informações contábeis.
- Parte IV – Busca avaliar se existe preocupação por parte dos entrevistados nos termos onde a informação contabilística pode ser aplicada nos itens apontados no item 3.3 do presente trabalho.
- Parte V – Nesta etapa, pediu-se que os entrevistados fornecessem posições as quais eventualmente não tenham sido abordadas antes.

4.3. Pré-teste das questões

Com o objetivo de evitar questões que deixassem os entrevistados pouco à vontade, ou que pudessem de certa forma ofender os entrevistados, o roteiro de entrevista foi apresentado a cinco pessoas atuantes de forma distinta no setor de transportes urbanos do estado de São Paulo. Dois sócios de empresas, os quais também fizeram parte da pesquisa, o responsável pelo departamento jurídico de uma das empresas. Todas as ponderações, como, por exemplo, preocupações com

confidencialidade da informação, volume de receitas, apontadas por esses participantes foram consideradas para eventuais ajustes ao roteiro de pesquisa.

4.4. Limite do método da pesquisa

Como o objetivo de viabilizar as entrevistas, definiu-se como universo de análise, as empresas representadas pela SETPESP, correspondendo, segundo o próprio sindicato a aproximadamente 150 empresas, abrangendo praticamente todos os municípios do estado de São Paulo. Considerando a pesquisa exploratória e qualitativa, bem como o número reduzido de participantes, os resultados obtidos não podem ser generalizados, além disso fornecem resultados importantes sobre o setor e a geração de informações contábeis. Conforme destacado no item 4.1, o universo de análise foi reduzido a sessenta empresas, as quais possuíam em seu portfólio a prestação de serviço de transporte público de passageiros.

É importante considerar que a percepção de cada um dos entrevistados pode ser influenciada por questões que não se encontram no controle do pesquisador. Cabe destacar ainda que, devido à pouca adesão (somente três gestores optaram por participar da pesquisa) por parte dos gestores, não foi possível realizar outras entrevistas.

4.5. Dados coletados

Dos convites encaminhados, somente cinco gestores apresentaram interesse em participar da pesquisa. Dos interessados, um gestor desistiu da entrevista por considerar o roteiro de entrevista muito complexo, apontando não compreender as questões que seriam discutidas. Outro gestor, apesar de possuir interesse em participar da entrevista, não retornou os contatos subsequentes à resposta positiva da carta convite. Dessa forma, do total de entidades, três foram os gestores dispostos a participar da entrevista.

4.6. Análise dos dados

Segundo Martins e Theóphilo (2009, p. 142), a análise dos dados em pesquisas qualitativas consiste em três atividades interativas e contínuas:

- Redução de dados: processo contínuo de seleção, simplificação, abstração e transformação dos dados originais e provenientes das observações de campo;
- Apresentação de dados: organização dos dados de forma que o pesquisado consiga tomar decisão e tirar conclusões;
- Delineamento e busca das conclusões: identificação de padrões, possíveis explicações, configurações e fluxos de causa e efeito, seguida de verificação, retomando às anotações de campo e à literatura, ou ainda replicando o achado em outro conjunto de dados.

Para o presente trabalho, aplicou-se a metodologia conhecida como análise de conteúdo. Triviños (2015) classifica esse método como um conjunto de técnicas no qual se faz a inferência do conteúdo, passando por três etapas principais: pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial.

5. RESULTADOS OBTIDOS

5.1. Perfil das empresas e dos entrevistados

Com o objetivo de preservar o sigilo das entidades, objeto desta pesquisa, atribuiu-se às entidades participantes da pesquisa as nomenclaturas genéricas Empresa 1, Empresa 2 e Empresa 3. Todos os entrevistados são sócios-diretores da entidade, atuando nesse cargo há pouco mais de vinte anos, exceto para o caso da Empresa 1, cuja atuação no cargo é de aproximadamente dez anos. Dois dos entrevistados possuem como formação o ensino médio completo e um possui ensino superior.

As empresas possuem em média 45 anos de atuação no ramo de transporte urbano de passageiros em linhas municipais, intermunicipais, serviços de transporte profissional e turismo, com atuação principal no interior de São Paulo. O Quadro 7, a seguir, apresenta o faturamento em 2016 e o volume de empregados de cada uma das entidades.

Quadro 7: Informações gerais das empresas

	Empresa 1	Empresa 2	Empresa 3
Ano de Fundação	1969	1966	1972
Serviços Prestados	Transporte urbano municipal de passageiros.	Transporte urbano intermunicipal de passageiros	Transporte urbano municipal de passageiros, transporte urbano intermunicipal de passageiros, turismo e fretamento.
Faturamento em 2016	R\$ 39 milhões	R\$ 2 milhões	R\$ 65 milhões
Número de Funcionários	470 funcionários	19 funcionários	650 funcionários
Cargo ocupado	Sócio/Diretor	Sócio/Diretor	Sócio/Diretor
Tempo de atuação no Cargo	Aprox. 10 anos	Aprox. 20 anos	Aprox. 20 anos
Regime tributário	Lucro Real	Lucro Real	Lucro Real
Obrigado a publicar as demonstrações Financeiras?	Não	Não	Não

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como é possível notar, as empresas 1 e 3 se enquadram como de médio porte enquanto a Empresa 2 se enquadra como de pequeno porte, quando observado o critério adotado pelo BNDES. Ao se observar o volume de empregados, a Empresa 3 se enquadra como de grande porte no critério do IBGE.

5.2. Geração e recebimento das informações contábeis

Nesse ponto da entrevista foram solicitadas informações acerca da elaboração e recebimento das informações contábeis e a relação do entrevistado com o profissional responsável por elaborá-las.

Todas as empresas entrevistadas **optaram por escritórios terceirizados**, cujas atribuições estão relacionadas à escrituração contábil, fiscal e folha de pagamento. A relação entre as empresas e o escritório contábil é em média de nove anos. Todos os entrevistados informaram prestar a seus contadores todas as informações necessárias para a escrituração contábil e fiscal.

Inicialmente, a forma de contratação desses escritórios ocorreu por indicação de outras empresas. Todavia, para a Empresa 1, o fator decisivo para a contratação foi a organização da entidade prestadora de serviços, como pode ser observado no seguinte comentário:

O escritório anterior era muito caseiro e com pouca estrutura. Os sócios não pareciam se manter atualizados, o que não acompanhava mais o padrão de nossa empresa. Assim que trocamos de escritório notamos grande melhoria nas informações que nos era prestada.

O entrevistado da Empresa 2 apontou não ter participação direta na contratação do escritório. A Empresa 3 destacou que a contratação do escritório ocorreu por conta de uma auditoria pela qual a empresa passou em 2008 e, devido ao volume de apontamentos e ajustes apresentados no relatório dos auditores independentes, optou-se pela mudança de escritório, conforme o seguinte comentário:

Por conta das alterações contábeis ocorridas à época, notamos que nosso antigo contador não estava acompanhando. Após a indicação,

consultamos alguns clientes do escritório para concluir se poderiam nos atender.

Outro aspecto importante está relacionado à **confiança das empresas nos escritórios** que realizam o serviço de escrituração contábil. Nesse aspecto, os entrevistados das Empresas 1 e 2 foram bem categóricos ao relatar confiança no serviço prestado pelos escritórios contábeis.

Já o entrevistado da Empresa 3 apresentou certa ressalva ao avaliar a questão da confiança dos serviços prestados. Segundo ele, de forma geral, compreende que o escritório está disposto a “[...] *fazer a coisa certa...*”, ou seja, o escritório preza pela qualidade do trabalho e busca realizá-lo da forma adequada, todavia, alguns fatores fazem com que exista insegurança sobre a qualidade da informação como, por exemplo, a alta rotatividade de pessoal.

Quanto ao **recebimento das informações**, os entrevistados apontaram que mensalmente são enviados a eles os balancetes analíticos além das demonstrações financeiras parciais (balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício), cuja versão final é apresentada após o encerramento do exercício social.

Cabe observar que as demonstrações não correspondem ao conjunto completo de demonstrações contábeis na Seção 3.17 do CPC PME, visto que nenhum dos entrevistados fez qualquer menção às notas explicativas, demonstração do fluxo de caixa ou demonstração das mutações do patrimônio líquido.

As empresas 1 e 2 relataram que as informações são encaminhadas a eles via correio eletrônico e, ao menos a cada três meses, são agendadas reuniões para uma apresentação formal das demonstrações contábeis prévias. Nessa apresentação, analisa-se o comportamento das principais contas bem como eventuais flutuações e providências que devem ser tomadas. Para ambos os entrevistados, tanto a forma de recebimento quanto a frequência das reuniões são o suficiente para prover informações necessárias.

Para o diretor da Empresa 3, o recebimento das informações dos balancetes e demonstrações contábeis é feito de forma mensal, por meio de correio eletrônico. Já as reuniões são agendadas para ocorrer a cada quatro meses, porém, segundo relatado, ocorre a cada seis meses, o que impacta na tempestividade da informação. Segundo o entrevistado, essas apresentações são pouco claras e objetivas.

As informações chegam, de certa forma, “brutas” e tardias. Nestas reuniões, por exemplo, nos apresentamos transações ocorridas em fevereiro, em uma reunião de outubro. Quando questionamos sobre estes fatores, não há uma posição por parte do escritório das justificativas. (Empresa 3)

Nenhum dos entrevistados apontou procurar o **auxílio de um profissional independente** (auditor independente, advogado ou outro especialista) para uma análise prévia à reunião de apresentação das informações contábeis. A Empresa 3, por outro lado, aplicou serviços de auditores externos com o objetivo de realizar análises pontuais nas demonstrações financeiras.

Quando questionados quanto à existência de informações que não recebem e que julgam importantes (ou que gostaria que fosse disponibilizada), a Empresa 1 destacou que as informações encaminhadas pelo escritório de contabilidade são suficientes. Para ele: “[...] *Se existe algo a mais que nos poderia ser apresentado, eu desconheço*”.

A Empresa 2, respondeu que todas as informações que necessita são encaminhadas a ele. A Empresa 3 destacou que gostaria de receber da contabilidade o resultado por seguimento da entidade, conforme comentado:

Nós temos contratos diferentes, como ARTESP, fretamento escolar etc. Estas informações deveriam ser segregadas e segundo o escritório, estas informações, por questões ligadas ao SPED, só estariam disponíveis a partir de 2018.

Como conclusão dessa etapa, questionou-se aos entrevistados quanto a pontos gerais positivos e de melhoria sobre a forma na qual o departamento de contabilidade desempenha suas funções.

A Empresa 1 voltou a destacar a melhoria na qualidade das informações prestadas em relação ao escritório anterior. Por outro lado, o entrevistado destacou a necessidade de uma maior proximidade dos profissionais de contabilidade no cotidiano da empresa. O entrevistado manifestou o seguinte comentário:

Evidentemente, se estivessem alocado internamente, as questões do cotidianas seriam trada com mais rapidez. Atualmente, precisamos entrar em contato, em seguida agendar uma reunião, e depois tratar de um assunto específico o que causa muita morosidade no processo. A presença de um profissional intermediado estes assuntos facilitaria e forneceria acesso mais rápido ao sistema.

A Empresa 3 pontuou quatro fatores de melhoria na prestação de serviços. O primeiro está na apresentação das demonstrações financeiras. O entrevistado ressaltou que as apresentações são morosas e pouco práticas. Em seu ponto de vista, o escritório deve apresentar de forma consolidada os pontos de maior relevância, portanto, considerando a materialidade dos dados. O segundo ponto está na grande rotatividade do escritório, o que prejudica as análises e prestação de informações à empresa visto que os responsáveis pelo atendimento mostram pouco conhecimento sobre o setor.

O terceiro fator está ligado à proximidade entre escritório e a empresa, reduzindo o risco de erro na informação. Por fim, o quarto fator está ligado à proatividade do escritório contábil em contribuir com soluções fiscais e corporativas. Segundo o entrevistado, sendo o profissional de contabilidade o detentor do conhecimento de todo arcabouço normativo e legal, deve partir dele a iniciativa de aplicar melhorias que possam resultar na otimização tributária, por exemplo. Por outro lado, o entrevistado pondera que, esse serviço adicional deveria ser remunerado, quando não previsto em contrato.

5.3. Análises realizadas e a importância da informação

Conforme destacado no item anterior, os balancetes são encaminhados mensalmente e reuniões periódicas são agendadas para apresentação dos saldos contábeis. Ao longo das entrevistas, foi possível notar que todos os entrevistados possuíam conhecimentos acerca da dinâmica das demonstrações contábeis, além de familiaridade dos termos técnicos aplicados.

Quando questionados sobre **a aplicação das demonstrações contábeis na análise da saúde financeira da entidade e do cumprimento dos objetivos traçados pela administração**, o entrevistado da Empresa 1 afirmou positivamente quanto a esse fator, por outro lado, destaca que boa parte das decisões e projeções realizadas são obstruídas por decisões ligadas ao poder concedente (governamentais) que impactam diretamente nas rotinas da empresa, como é o caso da gratuidade. Segundo o entrevistado, parte dessas demandas ocorre por vontades políticas, conforme comentário a seguir:

No momento que são concedidos benefícios a usuários, como por exemplo, alteração de trajetos e outras mudanças, não é feita qualquer análise dos balancetes, por parte do poder concedente, da companhia para avaliar impactos econômicos e financeiros das concessionárias.

Da mesma forma, a Empresa 2 concorda com a aplicação das informações contábeis como um termômetro da saúde financeira da empresa. Segundo o entrevistado, quando comparadas com as informações geradas pelo departamento contábil com aquelas geradas internamente (embasados com conceitos do próprio setor como aumento de passageiros e manutenção da frota), é possível notar que há grande correlação.

Para a Empresa 3, as demonstrações contábeis podem fornecer uma posição sobre a saúde financeira, todavia, o entrevistado relatou apreensão quanto a exatidão das informações prestadas, o que pode resultar em conclusões errôneas sobre o desempenho da empresa.

Cabe destacar que, no caso de todas as empresas, a elaboração dos índices econômicos é de responsabilidade do escritório de contabilidade. Os entrevistados apontaram compreender os índices, todavia, a análise fica restrita às variações entre períodos (análise horizontal).

Outra forma importante de **análise do desempenho financeiro da entidade e a comparação das demonstrações contábeis com outras empresas do mesmo setor**. Quando questionados sobre esse aspecto, todos os entrevistados informaram impossibilidade dessa análise visto que há pouca informação disponível.

Segundo a Empresa 1, por possuir pouca informação disponível para essas análises, acabam captando informações não oficiais e indiretas, o que permite ter uma ideia de como o setor está se comportando, conforme comentário:

As empresas não fornecem os dados, geralmente, por estar passando por uma situação financeira ruim ou não querem se expor. Em nossa associação regional, algumas informações, como por exemplo, volume de passageiros são discutidos, mas não a nível contábil.

As outras empresas apresentaram comentários semelhantes. A Empresa 3, chamou atenção para o fato de que a opinião pública, de forma geral, vê com maus olhos os bons resultados das empresas concessionárias de transporte urbano, aumentando o receio das empresas em compartilhar quaisquer informações.

Quando questionados sobre a **função das informações contábeis**, os entrevistados apontaram que a aplicação está ligada ao suporte das decisões, gestão da empresa, bem como prestação de contas ao governo.

A Empresa 1 manifestou-se indicando que as informações são aplicadas principalmente para a tomada de decisões, e que a gestão dos negócios passou a ser embasada em números:

Desde que começamos a trabalhar com o atual escritório de contabilidade, nós passamos a ter sustentação para tomar decisões que antes eram feitas por percepção. Atualmente possuímos indicadores, números e outros fatores que, no dia a dia, é auxílio para buscar soluções.

Para o entrevistado da Empresa 2, as informações contábeis são geradas primeiramente para prestação de contas a órgãos governamentais e participação em licitações. Outro aspecto apontado está ligado à gestão dos estoques de manutenção e descarte de materiais, nos quais a contabilidade fornece subsídio para as tratativas legais e societárias.

A Empresa 3 informou que as informações contábeis têm pouca importância nas rotinas diárias da entidade, como, por exemplo, em renegociação de preços dos estoques para manutenção e consumo, renegociação de tarifas, que demanda uma renegociação contratual e depende de ações do governo. Por outro lado, aponta grande relevância dessas informações no sentido de prover informações sobre o desempenho e posição patrimonial.

Com relação à **participação de contadores na tomada de decisões estratégicas**, tais como investimentos e captação de recursos, o entrevistado da Empresa 1 qualificou como essencial a participação:

Nós costumamos incluir o profissional em situações que vão da contratação de financiamentos, comercialização de ativos e outros. Antes de realizarmos estas transações, os consultamos de forma a nos proporcionar estudos para nos resguardarmos em termos legais e fiscais.

A Empresa 2 possui opinião semelhante. O entrevistado destacou que a participação do profissional é requisitada nas reuniões além daquelas destinadas a apresentação de balanço.

No ponto de vista da Empresa 3, a participação dos profissionais é de grande relevância, todavia, segundo ele, isso acontece de forma passiva, ou seja, a iniciativa parte sempre da empresa. Nesse quesito, o entrevistado apontou novamente a questão do distanciamento do escritório e a pouca iniciativa (ou pró-atividade) em identificar soluções e melhorias ao processo (ponderando eventuais impedimentos e questões contratuais).

Para corroborar a importância dada às demonstrações contábeis, foi questionado aos entrevistados se em algum momento a informação **contábil foi decisiva**, bem como sua **falta causou impactos negativos** à empresa.

Segundo a Empresa 1, a informação contábil é sempre decisiva, principalmente no caso de investimentos em frota. Por outro lado, há casos em que, para atender o poder cedente, mesmo de posse da informação contábil, a empresa se vê forçada a ignorar as recomendações do escritório de contabilidade. Por sua vez, a falta de informações impactou no recolhimento de impostos, fato este que resultou em autuações.

A Empresa 2 não soube pontuar um evento específico na qual a informação contábil foi papel decisivo, bem como algum evento no qual a falta dela causou prejuízos à entidade.

O entrevistado da Empresa 3 não apontou um exemplo cuja informação contábil foi decisiva, entretanto, como destacado em outros pontos, ele entende que o escritório de contabilidade poderia fornecer informações para otimização fiscal, conforme comentário:

Ao discutir com alguns parceiros sobre a venda de ônibus usados, me informaram que eles haviam montado uma empresa a parte somente para esta finalidade e todos impactos tributários desta venda eram segregadas nesta empresa. Ao questionar essa informação ao contador, me informaram sobre essa possibilidade. Talvez se essa informação tivesse vindo antes poderia ter alguns resultados melhores.

5.4. Informação contábil em áreas estratégicas da empresa

No item 3.3 do presente trabalho, apresentou-se quatro aspectos em que a informação contábil poderia ser relevante:

- a) Gestão da receita;

- b) Gestão de custos e despesas;
- c) Gestão de pessoal;
- d) Investimentos em frotas.

Como parte do encerramento das entrevistas, os entrevistados foram questionados se concordavam que esses fatores eram relevantes e que fornecessem seu ponto de vista quanto ao vínculo das informações contábeis e o seu gerenciamento.

Do ponto de vista da Empresa 1, as entidades do setor de transporte público são sempre vulneráveis no aspecto da receita, visto que sempre que há uma decisão do poder concedente, ainda mais em épocas eleitorais, isso pode impactar diretamente as receitas, conforme comentário:

[...] uma alteração de uma linha, pode refletir na queda no número de passageiros (bem como aumento) o que impacta a receita. Dentro da normalidade, é possível gerir as receitas.

Para a Empresa 2, as informações contábeis auxiliam na verificação da dinâmica de passageiros, permitindo observar impacto da sazonalidade, conforme apresentou no comentário a seguir:

Em épocas de férias escolares e final de ano, quando as empresas geralmente dão férias coletivas a seus funcionários, o volume de passageiros é menor e as informações geradas pela contabilidade nos ajuda a observar estes eventos, permitindo fazer algumas compensações para equilibrar receitas custos e despesas.

Quanto aos custos e despesas, a Empresa 1 voltou a mencionar que o acompanhamento das informações contábeis é feito mensalmente a fim de avaliar o comportamento dos saldos mensais principalmente dos gastos ligados à manutenção da frota. O entrevistado destacou que a empresa, em parceria com uma universidade regional, desenvolveu grupos de estudo como iniciativa de otimizar os recursos, por exemplo, de redução no tempo de giro de estoques de materiais de manutenção. Esses estudos estão sempre alinhados às informações contábeis da entidade.

No quesito investimento de frotas, a Empresa 1 voltou a pontuar a questão de conflito com o poder concedente, conforme o comentário:

Às vezes o escritório de apresenta dados e fatores que indicam a impossibilidade de investimento em um momento específico, todavia para que haja o cumprimento deste contrato, acabamos investindo em frotas. Em anos anteriores tivemos de adquirir aproximadamente oito veículos, mesmo em condições desfavoráveis.

O entrevistado destaca ainda que mesmo que a empresa contingencie o desembolso de caixa futuros, existem alterações legais imprevistas que têm impacto direto no resultado.

De forma geral, a Empresa 3 concordou sobre a aplicação das informações para a gestão dos quatro itens abordados, todavia quanto aos custos e despesas, apresentou algumas ressalvas sobre a exatidão dos saldos apresentados nas demonstrações financeiras.

5.5. Comentários adicionais

Como comentário final, a Empresa 1 relatou que tanto o escritório quanto às informações por ele gerada sempre contribuem, porém, quanto mais tempestivas essas informações forem transferidas à empresa, mais rápido será a resposta às orientações fornecidas pelo escritório.

Como parte final, a Empresa 2 também destacou a tempestividade das informações contábeis como um fator relevante para a gestão.

Do ponto de vista dos investimentos, o entrevistado afirmou não ser instruído pela contabilidade nos aspectos relativos à possibilidade ou não de realizá-los e as informações presentes nas demonstrações financeiras não são o suficiente para decisões nesse sentido. Segundo ele, o investimento em renovação de frota está condicionado a questões legais, visto que, com uma frota de idade média superior a exigida pela concedente, é possível prestar um serviço de boa qualidade, concluindo a análise com a seguinte ponderação:

A informação de investimento em frotas deve estar ligado ao momento de venda (com cinco ou três anos) e a forma de financiamento que nos vi ser mais vantajoso (capital próprio ou financiamento).

Em suas ponderações finais, o Entrevistado 3 destacou a relevância da contabilidade no sentido de prestar informações relevantes nas questões fiscais e

societárias. Contudo, o entrevistado entende que o profissional carece de maior conhecimento do setor em que está atuando.

5.6. Inferência dos dados

Conforme foi possível notar, as entidades entrevistadas se enquadram como empresas de pequeno e médio porte nos quesitos da lei nº 11.638/07, CPC PME e BNDES, que consideram a necessidade de publicação de balanços e faturamento bruto (considerando a receita anula de 2016). Esse dado pode ser contestado quando observado exclusivamente o volume de funcionários como critério, conforme Sebrae e IBGE.

Todas as empresas participantes da pesquisa optam por escritórios de contabilidade terceirizados, o que impossibilita avaliar a relação entre o valor atribuído às informações contábeis para gestão estratégica e o fato de essas informações serem geradas internamente ou não, conforme observado no trabalho de Nunes e Sarrasqueiro (2004).

A forma de contratação dos escritórios seguiu parte dos critérios apresentados por Resnik (1990). A contratação ocorreu por meio de indicação de outros profissionais da área, referências de outros clientes atendidos por esses escritórios e o reconhecimento do mercado de forma geral. Conforme relatou um dos entrevistados, a troca de escritório, quando ocorreu, foi por conta da necessidade de profissionais mais atualizados e dinâmicos, assim como destacado por Santos e Veiga (2012).

Todas as empresas contam com um sistema informatizado, integrado parcialmente com as áreas da empresa, permitindo assim um bom controle das áreas de compras, vendas de bilhetes e controles de venda de bilhetes eletrônicos. Esse aspecto permite um maior controle e eficácia da gestão das informações financeiras, conforme apontam as pesquisas de Spathis e Ananiadis (2005) e Salehi et al. (2010).

O contrato de serviços prevê que esses escritórios sejam responsáveis pela escrituração contábil, fiscal e folha de pagamento, assim como os casos estudados por Anjo et al. (2011). As informações transmitidas a eles são balancetes analíticos e as demonstrações contábeis, porém, ao contrário do que apontado por Smith e Fadel (2010), todos os entrevistados recebem essas informações em bases

mensais. Segundo relatado pelos entrevistados a periodicidade, de forma geral, atende a necessidade.

As informações são encaminhadas eletronicamente, em seguida, são realizadas reuniões periódicas para apresentação formal das demonstrações contábeis. No momento em que recebem essas informações, não há a participação de um profissional da área contábil ou auxílio de um profissional independente para interpretação dessas informações. Eventuais dúvidas, quanto às informações contábeis ou quanto a saldos (de ambas as partes), são discutidas nas reuniões trimestrais.

A dispensa de um profissional independente vai ao encontro, de certa forma, com o que foi proposto na Hipótese I. Os gestores não veem aplicação de um especialista para análise dos dados contábeis, ou até mesmo para validação. Por outro lado, um dos entrevistados informou que recentemente tem percebido essa importância, de forma a contratar auditorias em pontos específicos das demonstrações financeiras, resguardando a exatidão dos saldos apresentados.

A confiança no trabalho desempenhado pelos profissionais de contabilidade não é compartilhada por todos os entrevistados. Corroborando com os aspectos apontados por Alves e Arima (2006). Um dos entrevistados se mostrou cético quanto às alocações dos saldos entre as rubricas contábeis. Essa mesma percepção foi apresentada na pesquisa de Smith e Fadel (2010), em que 8% dos entrevistados não acreditam que os saldos das informações contábeis são fidedignos à realidade da empresa.

As entidades relataram ainda que fornecem aos contadores acesso a todas as informações necessárias para a escrituração contábil, de forma completa e irrestrita. Em contrapartida, quando questionados sobre informações que julgam importante para a gestão dos negócios, assim como apurado por Collis e Jarvis (2002), um dos entrevistados mostrou interesse em informações segregadas por tipo de contrato de concessão, principalmente no tocante ao resultado de cada contrato.

Nesse aspecto, o resultado vai contrário à primeira hipótese da pesquisa. A partir do momento em que os entrevistados percebem que uma informação, ou um relatório, deixou de ser apresentado de forma a auxiliá-lo na análise do negócio de forma geral, é possível notar que a finalidade das informações contábeis vai além da prestação de contas ao fisco.

No tocante ao planejamento, os entrevistados traçam e revisam periodicamente a estratégia da empresa, aplicando informações financeiras para essa finalidade. Esse ponto está alinhado com o que é proposto por Neves (2007), Ansoff (1977) e Frezatti (2007). De forma geral, as estratégias são realizadas focando no crescimento das entidades. Todavia, conforme apontado pelos entrevistados, o planejamento da entidade sempre é afetado por demandas (imprevistas) do poder concedente. Esses impactos invariavelmente ocorrem, por exemplo, em períodos eleitorais.

Quanto à finalidade das informações contábeis, ao contrário do que foi apontado por Stroeher (2005) e Lenzi e Kiesel (2009), e esperado pela primeira hipótese do trabalho, os entrevistados deram mais relevância ao fator econômico diante dos propósitos fiscais das informações contábeis. Ademais, todos os entrevistados se posicionaram favoráveis à participação do profissional de contabilidade em decisões estratégicas. Nas empresas analisadas, essa participação ocorre principalmente provendo dados e outras informações para captação de financiamentos, como, por exemplo, BNDES e Finame. A Hipótese I apresentava que as PMEs tenderiam a se guiar com fontes internas de informação, dispensando, portanto, qualquer auxílio de especialistas da área contábil.

Ao mesmo tempo que se mostraram favoráveis à participação dos contabilistas em decisões, a questão de maior destaque por todas as empresas participantes está no tempo dedicado pelos escritórios e sobre o distanciamento desses profissionais para com a entidade. Dentre os seis fatores problemáticos apontados por Resnik (1990, p 141), os contadores de pequenas empresas possuem um número muito grande de clientes e aparecem poucas horas por mês, coletam números brutos, levam esses números para os escritórios e apresentam as demonstrações financeiras. A participação desse profissional ocorre no momento de uma auditoria ou uma cobrança de tributos.

Nesse aspecto, a segunda hipótese do presente trabalho, também, foi bem assertiva, já que todos os entrevistados se mostraram insatisfeitos com a participação dos contabilistas no cotidiano da empresa. Ademais, pontuaram que, mesmo com as reuniões mensais e trimestrais, ainda existe demanda por maior participação dos profissionais de contabilidade para problemas cotidianos e maior conhecimento sobre o setor que estão lidando.

Indo mais além, Resnik (1990) afirma que um profissional qualificado é aquele que ajuda o empresário a implantar um sistema adequado, organizar os procedimentos internos, assegurar controles financeiros apropriados, aproveitamento tributário, além de fornecer conselhos sobre problemas cotidianos da empresa.

Os entrevistados mostraram compreender a dinâmica das demonstrações financeiras, bem como sobre os termos técnicos nelas apresentadas, contrariando o que foi apontado por Resnik (1990), Nunes e Sarrasqueiro (2004) e Stroehler (2005). Entretanto, isso mostra que os participantes das entrevistas superaram a aversão às informações contábeis. Segundo Resnik (1990), a partir do momento em que se tem maior familiaridade com a linguagem financeira, melhor será a aplicação.

Ainda sobre a dinâmica das informações contábeis, a segunda hipótese do presente trabalho propunha o contrário, ou seja, esperava-se que os gestores não teriam uma percepção clara de como as informações contabilísticas poderiam apresentar o desempenho econômico e financeiro da entidade.

Indo além, os entrevistados se mostraram muito mais preocupados em deter uma informação com maior qualidade e coerência com a realidade econômica da entidade, capaz de suportar suas decisões, de curto e longo prazo, corroborando com o que destacam Nunes e Sarrasqueiro (2004) e Neves (2000).

Os entrevistados não apresentaram eventos nos quais a falta de uma informação correta ou adequada culminou em uma tomada de decisão inadequada ou momentos em que um dado contábil foi determinante para a tomada de decisão. Por outro lado, recordaram-se de ocasiões nas quais um erro contábil incorreu em infrações tributárias.

Foi possível notar que a tomada de decisão dos gestores permeia a necessidade de investimentos em frotas e outras solicitações dos órgãos concedentes. Por muitas vezes, principalmente em época eleitoral e troca de governantes, há uma demanda de substituição de frota, investimentos em novas tecnologias e infraestrutura que inicialmente não estavam previstas no contrato de concessão. A partir do momento em que são requisitadas (geralmente por força de lei), há impacto imediato no planejamento estratégico da empresa, fazendo com que, na maioria dos casos, seja necessário captar recursos financeiros no mercado.

Durante as entrevistas, notou-se que as análises realizadas sobre as informações contábeis se limitam a:

- Análise vertical das principais contas;
- Análise horizontal das contas contábeis, com o objetivo de observar o comportamento dos saldos ao longo de cada período;
- Análise dos principais índices econômicos e financeiros (elaborados e apresentados pelo escritório de contabilidade).

Assim como apresentado no trabalho de Stroehler (2005), os gestores apontaram não realizar comparações das demonstrações financeiras com as de outras empresas com o objetivo de avaliar seu desempenho com o mercado. Isso ocorre principalmente pela dificuldade em conseguir tais informações. Por serem, na maioria, de pequeno e médio porte, essas empresas não possuem obrigação de publicar suas demonstrações financeiras. De forma geral, os gestores acabam utilizando informações informais, recebidas de forma indireta em conversa com outros empresários do ramo.

Por fim, quanto aos fatores de maior relevância das demonstrações financeiras para a gestão da entidade de transporte público de passageiros, tais como custos, receitas e despesas, todos os entrevistados se posicionaram favoráveis a aplicação desses dados na gestão da entidade. Contudo, existem questões que estão fora do alcance do planejamento estratégico das empresas de transporte urbano de passageiros, reflexo de deliberações do poder concedente. Nesse quesito, questões ligadas às receitas, custos e despesas fogem um pouco da estratégia elaborada pela empresa, o que cria a necessidade de retificar o curso dos negócios, obrigando a empresa a pleitear novas tarifas que possam manter o equilíbrio dos custos, receitas e despesas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação contábil deve ser tratada como a linguagem dos negócios, para tanto, o propósito das IFRS é de unificar essa linguagem em padrões globais para que possam ser entendidos de uma mesma forma por todos os países. Por outro lado, na prática, nem sempre é aplicada para esse fim.

A aplicação da informação contabilística em empresas de pequeno e médio porte vem sendo estudada por diversos autores que, por muitas vezes, apontam a pouca aplicação prática desses dados no cotidiano das entidades. Alguns fatores como a pouca confiança nos dados prestados, falta de compreensão da dinâmica das informações e até mesmo para com os termos técnicos causam certa aversão nos empresários em lidar com os dados apresentados pelo departamento contábil.

Outra questão que dificulta a aplicabilidade dos dados contabilísticos está na crença de que a finalidade dessas informações está limitada unicamente em sua natureza fiscal e tributária.

O setor de transporte urbano, além de sua relevância social e impacto direto no orçamento familiar, possui características peculiares. Conforme apresentado no referencial teórico, as entidades participantes do setor são compostas, na grande maioria, por pequenas e médias empresas, responsáveis por empregar em média 622 e 268 pessoas.

Nesse contexto, o presente trabalho buscou compreender percepção dos gestores de empresas do segmento de transporte público urbano por ônibus acerca da importância da aplicação das informações geradas pelo departamento contábil para a tomada de decisões.

Para tal, pesquisou-se a normatização contábil para empresas de pequeno e médio porte, bem como a adoção dos padrões internacionais no Brasil e em outros países, destacando os principais pontos positivos e negativos. Em seguida foi abordada a relação entre o sistema de informação contábil e as organizações, com o objetivo de observar os impactos na gestão das empresas desse setor.

Em se tratando de concessão de linhas, suas receitas, custos e despesas têm controle direto do Estado, o que pode se transformar em um obstáculo maior para gerir esse tipo de empresa, exigindo um arcabouço legal e a necessidade de

aplicação de uma equipe de profissionais relevantes para garantir que os contratos sejam adequadamente cumpridos.

Justamente por essa pressão dos órgãos concessionários, há grande receio por parte dos gestores em disponibilizar dados. O reflexo desse receio limitou as entrevistas a três empresas participantes, o que não desabona os resultados obtidos neste trabalho.

Ao longo das entrevistas, foi possível observar que há grande interesse dos gestores dessas empresas por informações contábeis que reflitam adequadamente a situação econômica financeira de forma a balizar suas decisões, apesar de ainda possuir relação com a prestação de contas a órgãos governamentais.

Notou-se também familiaridade com a dinâmica das informações contábeis e os termos nelas aplicadas, a interpretação das demonstrações financeiras limita-se às análises horizontais e verticais sobre o comportamento dos dados, sendo que análises mais apuradas ficam por conta do escritório responsável pelas escriturações.

Ademais, foi possível notar que há uma expectativa por parte dos empresários entrevistados de uma participação maior dos profissionais de contabilidade no cotidiano da empresa, não somente em questões fiscais, mas também todo seu conhecimento técnico na gestão dos negócios. É esperado que esse profissional seja capaz de transformar dados em informações, captar transações e transformá-las em números que, por fim, serão apresentados na forma de demonstrações financeiras.

Outro anseio dos gestores está na maior eficácia nos informes prestados pelo departamento contábil. Parte dos entrevistados relatou que, em certos momentos, a tempestividade da apresentação dos dados não é adequada, o que pode resultar na demora de correção de eventuais erros ou falhas nas demonstrações contábeis.

Quanto à primeira hipótese levantada no início do trabalho, na qual o gestor de uma empresa de pequeno e médio porte prefere se guiar com seus próprios conhecimentos, dispensando informações de especialistas, além de ver nas informações contábeis a única função de prestar contas ao fisco, os resultados, ao contrário do que se esperava, mostraram que os administradores das entidades participantes dão importância às informações contábeis, servindo-se inclusive como suporte à gestão da entidade.

Já a segunda hipótese propunha a possibilidade de o profissional de contabilidade não ser claro sobre como as informações podem amparar o gestor em avaliar o desempenho econômico da entidade dado o distanciamento deste com a entidade. Nesse caso, as respostas dadas pelos participantes estavam mais alinhadas ao esperado, visto que boa parte dos gestores gostariam de uma maior participação dos profissionais no cotidiano da entidade, seja no auxílio com dúvidas pontuais ou para compreender melhor os números apresentados nas demonstrações financeiras.

Os resultados obtidos no presente trabalho podem ser de grande relevância para que os escritórios de contabilidade (para todos os setores) passem a ter maior percepção sobre as reais necessidades de seus clientes. Esses profissionais devem ter a sensibilidade de filtrar quais informações são relevantes a seus clientes para que retomem a credibilidade e a valorização no campo de atuação.

Além disso, cabe também ao empresário (não somente do setor de transporte urbano por ônibus) avaliar se o profissional que está prestes a contratar possui as qualidades necessárias para atendê-lo, seja pelo conhecimento técnico, do setor, formação, etc. É importante ainda verificar se esse profissional vai disponibilizar o tempo que julga necessário para atendê-lo e, para isso, sempre rever se o contrato de serviços está de acordo com as expectativas. A informação contábil terá qualidade quando ambas as partes estiverem alinhadas em trabalhar em uma mesma direção.

No que diz respeito à restrição informacional das empresas participantes no setor, notou-se que o receio de compartilhar tais informações é fruto do grande controle exercido pelo poder concedente e também por conta do apelo social relacionado ao transporte público de passageiros.

Como foi salientado pelos entrevistados, o fato de as empresas de transporte urbano apresentar resultado positivo, por menor que seja, é visto com maus olhos por parte da população. Ademais, há grande preocupação por parte dos gestores dessa informação ser, de alguma forma, usada contra eles no momento da revisão tarifária.

Por outro lado é importante que os gestores notem que a demanda por transparência é um processo crescente e irreversível. Destaca-se, por exemplo, dados do Ministério da Transparência (2017), que apresentou um aumento 32,5% no

número de acessos ao “portal da transparência” no ano de 2016, sinalizando uma demanda da população sobre informações inerentes ao setor público.

Diante desse fato, é importante que as empresas se organizem (por meio de associações, cooperativas, sindicatos ou correlatos) de forma a criar um ambiente que privilegie uma discussão sobre aspectos contábeis e financeiros e diretrizes a serem seguidas pelo setor, antecipando-se a uma eventual exigência do poder concedente.

Sugestão para pesquisas futuras

O setor de transporte urbano de passageiros, principalmente em seus aspectos contábeis, oferece uma infinidade de possibilidades de pesquisa, principalmente por ser pouco explorado. Sugere-se que pesquisas futuras abordem os seguintes temas:

- Considerando que poucas empresas participaram desta pesquisa, pesquisas futuras poderiam ser elaboradas no sentido de abordar um maior número de empresas e validar os resultados obtidos;
- O ponto de vista do profissional de contabilidade sobre principais dificuldades enfrentadas na geração e prestação de informações contábeis, corroborando com as percepções apresentadas no presente trabalho;
- Metodologia de cálculos tarifários com base nos custos e despesas registrados na escrituração contábil diante das estimativas do GEIPOT e nova metodologia da ANTP de 2017;
- Dificuldades na avaliação de desempenho do setor por conta das barreiras informacionais existentes, visto que, apesar do interesse público, nenhuma das empresas é obrigada a publicar suas demonstrações contábeis.

REFERÊNCIAS

AAKER, D. A.; KUMAR, V.; DAY, G. S. **Marketing Research**. 8a. ed. Nova Iorque: Willey, 2003.

ALTMAN, E. I. Financial Ratios, Discriminant Analysis and the Prediction of Corporate Bankruptcy. **The Journal of Finance**, v. 23, n. 4, p. 589-609, set/1968. Disponível em: <<https://goo.gl/rnHp6f>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

ALVES, A. C. O. **Previsão de Insolvência nas Empresas PME**. O setor Alimentar. 2013. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Finanças) – Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/zZ5uCY>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

ALVES, M. T. V. D. Utilidade da Informação Financeira na Tomada de Decisão: A Percepção de Gestores de PMEs de Luana e Lisboa. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 107-133, maio/ago/ 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/37otHm>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

ALVES, N. F.; ARIMA, C. H. Relevância da Contabilidade Financeira para o Processo Decisório: Caso Grupo Zema. **Revista ConTexto**, v. 6, n. 9, p. 1-24, 1º sem./2006. Disponível em: <<https://goo.gl/nchDAI>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

ANJOS, L. C. M. dos; MIRANDA, L. C.; SILVA, D. J. C. Utilização das Informações Contábeis em Cooperativas: São os Contadores Necessários. **Revista Ambiente Contábil**, v. 3, n. 1, jan/jun 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/AdAESC>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

ANSOFF, H. I. **Estratégia Empresarial**. São Paulo: McGraw-Hill, 1977.

ANTP – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS. **Custos dos Serviços de Transporte Público por Ônibus**. São Paulo: ANTP, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/MGkVik>>. Acesso em: 12 out. 2017.

ANTP – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS. **Relatório 2014**: Sistema de Informação da Mobilidade Urbana. São Paulo: ANTP, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/NXU2fR>>. Acesso em: 4 jun. 2017.

ARAÚJO, S. R. F. **A Contribuição do GEIPOT ao Planejamento dos Transportes no Brasil**. 2013. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil na Área Transporte e Gestão das Infra Estruturas Urbanas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/PeYY4t>>. Acesso em: 29 maio 2017.

ARMITAGE, H. M.; WEBB, A.; GLYNN, J. The use of Management Accounting Technics by Small and Medium Sized Enterprises. **Accounting Perspectives Journal, University of Waterloo**, Ontário, v. 15, n. 1, p. 31-69, mar/2016. Disponível em: <<https://goo.gl/eUkDTT>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO E SOCIAL – BNDES. **Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas**. Brasília: BNDES, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/QBnpAQ>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

BASTOS, M. C. **Uma Reflexão Crítica sobre os Modelos de Reajustes Tarifários para o Transporte Coletivo por ônibus Urbano no Brasil**. 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transporte) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BIEVER, W. H. Financial Ratios as Predictors of Failure. **Journal of Accounting Research**, v. 4, p. 71-111, 1966. Disponível em: <<https://goo.gl/TWMAih>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

BLAK, R.; NAKAO, S. H. Heterogeneidade da qualidade do Lucro Contábil entre diferentes classes de empresas com a adoção do IFRS: Evidências do Brasil. **Revista Contábil Financeira – USP**, v. 28, n. 73, p. 113-131, jan/abr. 2017.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a Entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan-jul/2005. Disponível em: <<https://goo.gl/NC6XbN>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

BOSCOV, C. P. **Mudanças Organizacionais Observadas Durante o Processo de Implementação dos Pronunciamentos do CPC Baseados nas IFRS**. 2013. Tese de Doutorado (Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/HcVL73>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 dez. 1976. Disponível em: <<https://goo.gl/m8frP8>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

_____. **Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995**. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: <<https://goo.gl/yzuZbT>>. Acesso em: 25 maio 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <<https://goo.gl/Y8sTK2>>. Acesso em: 27 maio 2017.

_____. **Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006**. Disponível em: <<https://goo.gl/N5BDBK>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

_____. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei n 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <<https://goo.gl/GqwY3V>>. Acesso em: 1 abr. 2017.

BRASIL. **Lei Nº 12.587 de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana**; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nos 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nos 5.917 e dá outras providências. Disponível em: <<https://goo.gl/gHihfq>>. Acesso em: 25 maio 2017.

_____. Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União. **Portal de Transparência do Governo Federal registra Recorde de acesso em 2016**. Brasília, DF, maio, 2017. Disponível em < <https://goo.gl/zQaGM9>> Acesso em: 1 abr. 2018.

BRIGHAM, E. F.; EHRHARDT, M. C. **Administração Financeira: Teoria e Prática**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

BUEREN, I. M. **Como elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

CAMPIGLIA, A. O. **Contabilidade básica**. São Paulo: Edusp, 1966.

CARDOSO, R. L.; RICCIO, E.; LOPES, A. B. O Processo Decisório em um Ambiente de informação Contábil: Um estudo usando a Teoria dos Prospectos. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade**, Unisinos, São Leopoldo, v. 5, n. 2, p. 85-95, maio/agosto 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/TCPDBY>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

CARVALHO, C. H. **Ribeiro de. Aspectos Regulatórios e Conceituais das Políticas Tarifárias dos Sistemas de Transporte Público Urbano no Brasil**. Brasília: Repositório Nacional do IPEA, 2016, Texto para discussão nº 2192. Disponível em: <<https://goo.gl/HdkoeC>>. Acesso em: 25 maio 2017.

CHOO, C. W. **A Organização do Conhecimento**. São Paulo: Senac, 2003.

COLLIS, F.; JARVIS, R. Financial Information and the Management of Small Private Companies. **Journal of Small Business and Enterprise Development**, v. 9, n. 2, p. 100-110, 2002. Disponível em: <<https://goo.gl/MgYa7h>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

CORRER, L. C.; ESPEJO, M. M. dos S. B; ALTOÉ, S. M. L. IFRS aplicável às Pequenas e Médias Empresas e o Profissional da Contabilidade: Dificuldades na Convergência. In: SEMEAD – SEMINÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, 18. **Anais...** nov 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/g1oEM8>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

COUTO, D. M. **Regulação e Controle Operacional no Transporte Coletivo Urbano**: Estudo de Caso no Município de Belo Horizonte. 2011. Dissertação (Geotécnica e Transportes) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/nwfSMD>>. Acesso em: 29 maio 2017.

COUTO, J. C. **Os determinantes da Mortalidade das PME**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Auditoria) – Programa de Pós-Graduação, Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro, Aveiro, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/HLLuXZ>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico PME** – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Disponível em: <<https://goo.gl/rmtwTz>>. Acesso em: 13 set. 2013.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Disponível em: <<http://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConselhoRegionalAtivo.aspx>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

CRC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO. **NBC TG 1000 (R1)**. Disponível em: <<https://goo.gl/f6WaZG>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

_____. **Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade**. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/Fq5oej>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU. **IFRS para PMES ao seu Alcance**: 2013/2014. São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/vBgRo6>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

DUARTE, R. Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de Campo. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 139-154, mar. 2002. Disponível em: <<https://goo.gl/fMJHyh>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

ERU – LEX. **Micro, Pequenas e Médias Empresas**: Definições e Âmbito de Aplicações, 11 jan. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/GXDMdW>>. Acesso em: 1 abr. 2017.

EUROPIAN COMISSION. **User Guide to The SME Definition**. Luxemburgo, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/KhDxVr>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

FAMÁ, R.; GRAVA, J. W. Liquidez e a Teoria dos Elementos Causadores de insolvência. **Revista de Gestão**, São Paulo, v. 12, n. 12, 2º trim/ 2000. Disponível em: <<https://goo.gl/sA8kxk>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

FARIA, C. T. de A.; SILVA, D. M. Adoção do CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. **Revista de Contabilidade UFBA**, Salvador, n. 3, v. 8, p. 75-91, set-dez. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/HXMvt7>>. Acesso em: 1 jul. 2017.

FEARNLEY, S.; HINES, T. How IFRS has Destabilised Financial Reporting for UK non-listed Entities. **Journal of Regulation and Compliance**, v. 15, n. 4, p 394-408 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/y2yaT6>>. Acesso em: 24 maio 2017.

FREZATTI, F. **Orçamento Empresarial**: Planejamento e Controle. 4a. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GEIPOT – EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO E TRANSPORTES. Disponível em: <<http://www.geipot.gov.br>>. Acesso em: 29 maio 2017.

GOMIDE, A. A. **Transporte urano e inclusão Social**: Elementos para Políticas Públicas. Brasília: Repositório Nacional do IPEA, 2003. Texto para discussão nº 960. Disponível em: <<https://goo.gl/AT2c94>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

GONTIJO, A. C.; MAIA, C. S. Tomada de Decisão do Modelo Racional ao Comportamental: uma Síntese Teórica. **Caderno de Pesquisas em Administração**, n. 4, v. 11, p 13-30, out/dez 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/LHqvSU>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

GREMAUD, A. P.; VASCONSELLOS, M. A. S. de; JÚNIOR, R. T. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7a. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUNGORMUS, A. H.; UYAR, A. Perceptions and knowledge of accounting professionals on IFRS for SMEs: Evidence from Turkey. **Research in Accounting Regulation**, v. 25, p. 77-78, abr. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/yVrUd1>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Demografia das Empresas – 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em <<https://goo.gl/h9ijsS>>. Acesso em: 1 abr. 2017.

_____. **Estatística do Cadastro Central de Empresas 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IFRS FONDATION. **IFRS for SMEs**. Disponível em: <<https://goo.gl/DCt2b7>>.

_____. **Pocket Guide to IFRS Standards**: the global financial reporting language. Londres: IFRS Foundation, 2017.

IHUA, U. B. SMEs Key Failure – Factors: A comparison between the United Kingdom and Nigeria. **Journal of Social Sciences**, n. 3, v. 18, p. 199-207, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/8SUTpK>>. Acesso em: 5 abr. 2017.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA AVANÇADA. **Gastos das Famílias das Regiões Metropolitanas Brasileiras com Transporte Urbano**. Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/Jvq9RP>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 11a. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

_____; MARTINS, E.; CARVALHO, L. N. G. de. Contabilidade: Aspectos Relevantes da Epopeia de sua Evolução. **Revista Contabilidade e Finanças**, n. 38, p. 7-19, 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/6An4VX>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

KASSAI, J. R. As Empresas de Pequeno Porte e a Contabilidade. **Caderno de Estudos** – Fipecafi, São Paulo, v. 9, n 15, p. 60-74, jan/jun. 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/9ZhStz>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

KASSAI, S. Balanço Perguntado: uma técnica para elaborar relatórios contábeis de pequenas empresas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 9. **Anais...** Porto Seguro, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/2xUh3o>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

LEME, S.; SILVA, M. G. A Experiência Brasileira na Adoção das IFRS. **Contabilidade Vista & Revista** – UFMG, n. 3, v. 18, p. 37-58, jul/set 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/3ftqe4>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

LENZI, F. C.; KIESEL, O. **O Empreendedor de visão**. São Paulo: Atlas, 2009.

LONGO, C. G. **Relatório de Auditoria**. São Paulo: Trevisan, 2017.

LOPES, A. B. **Contabilidade e Finanças no Brasil**, Estudos em Homenagem ao Professor Eliseu Martins. São Paulo: Atlas, 2012.

_____; MARTINS, E. **Teoria da Contabilidade uma Nova Abordagem**. São Paulo: Atlas, 2014.

MACKENZIE, B. et al. **Applying IFRS for SMEs**. Estados Unidos: John Wiley & Sons, 2011.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 13a. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, E.; DINIZ, J. A.; MIRANDA, G. J. **Análise Avançada das Demonstrações Contábeis**: Uma abordagem Crítica. 1a. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.

MASCA, E.; GALL, J. Aspects Regarding IFRS' Application to SMEs. WSEAS. In: CONFERENCE ON MANAGEMENT, MARKETING AND FINANCES, 2. **Anais...** Massachusetts, 24 e 26 mar. 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/YtUC4K>>. Acesso em: 25 maio 2017.

MATELA, I. P. Reestruturação Urbana Neoliberal e as Empresas de Ônibus na cidade do Rio de Janeiro. **Caderno MetrÓpole**, n. 31, v. 16, p. 151-169, jun. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/74NmtX>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

MOREIRA, R. de L.; ENCARNAÇÃO, L. V.; BISPO, O. N. de A.; ANGOTTI, M.; COLAUTO, R. D. A importância da Informação Contábil no Processo de Tomada de Decisão nas Micro e Pequenas Empresas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, n. 19, v10, p. 119-140 jan/abr 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/h9kc9r>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

NEVES, J. C. das. **Análise Financeira: Técnicas Fundamentais**. Lisboa: Texto Editora, 2000.

NTU – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO. **Anuário NTU: 2015-2016**. Brasília: NTU, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/HA8ocw>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

NTU – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO. **Novo financiamento de frotas de ônibus coletivos precisa de condições de créditos especiais**. Brasília: NTU, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/dApc1x>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

_____. **Situação Econômico-Financeira das Empresas de Transporte Urbano**. Brasília: NTU, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/HTZhek>>. Acesso em: 9 jul. 2017.

_____. **Transporte Público como Direito Social. E agora?**. Brasília: NTU, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/UgvJNM>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

NUNES, L. da C. F.; SERRASQUERIO, Z. M. da S. A informação Contabilística nas Decisões Financeiras das Pequenas Empresas. **Revista Contabilidade e Finanças – USP**, n 36, p. 87-96, set/dez. 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/cGiKjb>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

OLIVEIRA, A. G.; MULLER, A. N.; NAKAMURA, W. T. A utilização das Informações Geradas pelo Sistema de Informação Contábil como Subsídio aos processos Administrativos nas Pequenas Empresas. **Revista FAE**, n 3, v. 3, p. 1-12, set/dez 2000. Disponível em: <<https://goo.gl/qnXTz8>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

OLIVEIRA, L. M. de; PEREZ JR., J. H.; SILVA, C. A. dos S. **Controladoria estratégica**. São Paulo: Atlas, 2009.

PADOVEZE, C. L. **Sistemas de Informações Contábeis: Fundamentos e Análise**. São Paulo: Atlas, 2002.

PEREIRA, F. de A.; ESPEJO, M. M. S. B. Planejamento e Controle Orçamentário em Empresas Concessionárias de Rodovias: Uma Pesquisa Empírica. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, n. 17, v. 9, p. 121-142, jan/jul, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/ZTMhdD>>. Acesso em: 9 jul. 2017.

PEREIRA, R. H. M.; CARVALHO, C. H. R. de; SOUZA, P. H.; CAMARANO, A. A. **Envelhecimento Populacional: Gratuidades no Transporte Público e seus Efeitos sobre as Tarifas na Região Metropolitana de São Paulo**. Repositório Nacional do IPEA, Brasília: IPEA, 2014, Texto para discussão nº 1966. Disponível em: <<https://goo.gl/FbUhr7>>. Acesso em: 25 maio 2017.

PERERA, D.; CHAND, P. Issue in the Adoption of International Financial Reporting Standards (IFRS) for Small and Medium-Sized Enterprises (SMES). **Advances in Accounting Journal**, v. 31, assunto 1, jun/2015, p. 165-178. Disponível em: <<https://goo.gl/P3CDcD>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

PIRES, C. B.; SILVA, M. C.; SILVA, J. D. G. Comportamento Humano na Produção de Informações Contábeis: Percepção dos Docentes dos Cursos de Ciência Contábeis. **Revistas Gestão e Contabilidade**, n. 1, v. 3, jan-jun 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/RjH5K9>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

PORTAL BRASIL. **Autorizada a contratação de 100 ônibus para o programa Refrota**, 18 jan. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/bJXoZZ>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

RESNIK, P. **A Bíblia da Pequena Empresa: Como Iniciar com Segurança sua Pequena Empresa e ser Muito Bem-Sucedido**. 1a. ed. São Paulo: Mycron Books, 1990.

RIVA, E. D.; SALOTI, B. M. Adoção do Padrão Contábil Internacional nas Pequenas e Médias Empresas e seus efeitos na Concessão de Crédito. **Revista de Contabilidade e Finanças – USO**, São Paulo, n. 69, v. 26, set/out/nov/dez 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/aiqrLA>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

SALEHI, M.; ROSTAMI, V.; MOGADAM, A. Usefulness of Accounting Information System in Emerging Economy: Empirical Evidences of Iran. **International Journal of Economics and Finance**, n. 2, v. 2, p. 186-195, maio 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/zeJR5E>>. Acesso em: 22 maio 2017.

SANTOS, E. S.; PONTE, V. M. R.; MAPURUNGA, P. V. R. Adoção Obrigatória dos IFRS no Brasil (2010): Índice de Conformidade das Empresas com a Divulgação Requerida em Alguns Fatores Explicativos. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, São Paulo, n. 65, v. 25, p. 161-176, maio/jun./jul./ago. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/FpWRdn>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

SANTOS, F. de A.; VEIGA, W. E. **Contabilidade com Ênfase em Micro, Pequenas e Médias Empresas**. 2a. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, J. O. dos; BARROS, C. A. S. B. O que determina a tomada de Decisão. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, n. 38, v. 13, p 7-20, jan/mar 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/sGQY15>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

SANTOS, P. J. M. dos. **Falência Empresarial – Modelo Discriminate e Lógico de Previsão Aplicado às PME do Setor Têxtil e do Vestuário**. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Auditoria) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Aberta Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, Coimbra, 2000. Disponível em: <<https://goo.gl/MHxZGF>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

SCHERMERHORN, J. R. Administração. 8a ed. Rio de Janeiro, LTC, 2007.

SEBRAE – SISTEMA BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Causa Mortis: Sucesso e Fracasso das empresas em seus primeiros 5 anos**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/RXv4ib>>. Acesso em: 5 abr. 2017.

SEBRAE – SISTEMA BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa** – 2014. São Paulo: Dieese, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/95kWNh>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

_____. **Sobrevivência das Empresas no Brasil Outubro/2016**. Brasília: Sebrae, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/5R1cjF>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

SEGATO, V. D. **As Principais Dificuldades na Adoção das Normas Contábeis** – Padrão Internacional por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) – Programa de Pós-Graduação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

SEGURA, L. C.; MAGALHÃES, J. C.; SANTOS, L. A.; MIZOGUCHI, R.J. MARQUES, W. D. A. Os gestores das PMEs e os relatórios contábeis uma pesquisa sobre o conhecimento dos gestores com vistas para a implementação do CPC para PME. In: XVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, Belo Horizonte, Brasil, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/zBzUQ4>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

SIAN, S.; RONERTS, C. UK small owner-managed businesses: accounting and financial reporting needs". **Journal of Small Business and Enterprise Development**, v. 16, p. 289-305, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/NAN4B4>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

SILVA, A. A.; COSTA, F. M. da. Nível de Disclosure X Características das Pequenas e Médias Empresas no Processo de Convergência. **Revista de Auditoria Governança e Contabilidade** – FUCAMP, v. 5, n. 16, p. 1-16, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/UnB98p>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

SILVA, A. C. R.; MARION, J. C. **Manual de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas**. 1a. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, D. M. **Sistema Inteligente no Transporte Urbano Público de Coletivo de Ônibus**. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000. Disponível em: <<https://goo.gl/8s1aW1>>. Acesso em: 11 jun 2017.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS – SETPESP. **Institucional**. Disponível em: <<https://goo.gl/gMWqXi>>. Acesso em: 17 maio 2017.

SMITH, M. S. J.; FADEL, B. Gestão da Informação Contábil: a questão da necessidade, busca e uso da informação no contexto das pequenas empresas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/Smith.pdf?sequence=1>> Acesso em: 19 maio 2017.

SPATHIS, C.; ANANIADIS, J. Assessing the Benefits of Using an Enterprise System in Accounting Information and Management. **The Journal of Enterprise Information Management**, n. 2, v. 18, p 195-210, 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/uyT7TK>>. Acesso em: 29 maio 2017.

SPTRANS – SÃO PAULO TRANSPORTE S.A. **Indicadores de Transporte**. Disponível em: <<http://www.sptrans.com.br/indicadores/>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

STAINBANK, L. The Development of Financial Reporting for SMEs in South Africa: Implications of Recent and Impending Changes. **African Journal of Accounting, Economics, Finance and Banking Research**, n. 8, v. 3, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/36VB5R>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

STROEHER, A. M. **Identificação das Características das informações Contábeis e sua Utilização para Tomada de decisão Organizacional de Pequenas Empresas**. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/aVdLFX>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

STROUHAL, J. Applicability of IFRS for SMEs in Czech Republic. **Economics and Management**, n. 2, v. 17, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/SyUp1V>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. A Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 2015.

VIEIRA, E. P.; CARNEIRO, T. D.; ROSELAINÉ, F. Relevância da Informação Contábil na Gestão das Empresas do Agronegócio da Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista de Administração e contabilidade**, n. 27, p. 35-70, jan-jun. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/XEgN5k>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

VIEIRA, S. **Como elaborar Questionários**. São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

VITTE, C. de C. S.; IMAEDA, R. Transportes Coletivos e Urbanização na cidade de São Paulo na Primeira Metade do Século XX: Aspectos Políticos-Institucionais, Atores, Alianças e Interesses. **GEOUSP**, n. 21, p. 97-84, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/D5wGbb>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

APÊNDICE A – Roteiro de pesquisa

#	Questão	Referência Bibliográfica	Hipótese a Testar
1) Conhecimento Geral Empresa e Entrevistado:			
1.1	Cargo ocupado:	-	-
1.2	Tempo em Exerce Esta ocupação:	-	-
1.3	Formação acadêmica	-	-
1.4	Tempo de Atuação neste mercado:	- IBGE - Sebrae - NTU, 2017	-
1.5	Quantos Funcionários:	- IBGE - Sebrae - NTU, 2017	-
1.6	Receita estimada do Ultimo período Contábil:	- IBGE - Sebrae - NTU, 2017 - Lei 11.638/07. - BNDES, 2015	-
2) Geração e Recebimento das Informações Contábeis.			
2.1	A empresa é obrigada a publicar seus balanços?	- Lei 11.638/07. - CPC PME.	-
2.2	A empresa possui um departamento responsável pela geração de informações Contábeis? Se sim, quantos funcionários?	- Nunes e Saras queiro, 2004.	-
2.3	Caso negativo (Pergunta 2.2) há quanto tempo trabalha e como foi feita a contratação deste escritório?	- Resnik, 1990. - Anjo et al., 2011.	-
2.4	Caso negativo (Pergunta 2.2), quais tipos de trabalhos são desenvolvidos por estes profissionais?	- Anjo et al., 2011.	Hipótese 1
2.5	O sistema é integrado e informatizado?	- Resnik, 1990. - Spathis e Ananiadis, 2005. - Salehi et all (2010)	-

#	Questão	Referência Bibliográfica	Hipótese a Testar
2) Geração e Recebimento das Informações Contábeis.			
2.6	Confia no trabalho desenvolvido por este(es) profissional(ais)?	- Smith e Fadel, 2010. - Alves e Arima, 2006. - Resnik, 1990.	Hipótese 2
2.7	No seu ponto de vista, a empresa provê toda a informação necessária para geração das informações contábeis?	-	-
2.8	Quais tipos de informações costuma receber do departamento contábil? Balancetes Analíticos, Demonstrações Financeiras, Outros?	- Smith e Fadel, 2010	-
2.9	De que forma recebe estas informações? Há a presença de um profissional da área contábil para transmitir estas informações a você?	-	Hipótese 1
2.10	Em qual periodicidade que recebe esta informação? É suficiente?	- Oliveira et al., 2009.	-
2.11	Ao receber estas informações é empregado auxílio de um profissional independente (Auditor Independente, Advogado, Outro) para compreender os dados contidos nesta informação?	-	Hipótese 1
2.12	Existe algum tipo de informação da empresa que prefere não transmitir ao departamento contábil? Por qual motivo?	-	-
2.13	Existe alguma informação que não recebe, mas julga importante para o seu dia-dia e gostaria de receber?	- Collis e Jarvis, 2002.	Hipótese 1
2.14	A empresa tem o costume traçar metas, realizar projeções e revisa-las? Com qual frequência?	- Neves, 2000. - Ansoff, 1977. - Freztti, 2007.	Hipótese 1
3) Importância da Informação e Análises.			
3.1	No seu ponto de vista, qual a função das informações contábeis?	- Stroehrer, 2005. - Lenzi e Kiesel, 2009.	Hipótese 1

#	Questão	Referência Bibliográfica	Hipótese a Testar
3) Importância da Informação e Análises.			
3.2	O profissional de contabilidade deve participar de decisões estratégicas da empresa, como por exemplo, projeções para investimento, financiamento? Isso ocorre em sua empresa?	-	Hipótese 2
3.3	Em caso de escritório terceirizado (item 2.2), no seu ponto de vista, o escritório dedica tempo suficiente para sua empresa, dando o suporte necessário para as informações?	- Resnik 1990.	Hipótese 2
3.4	Compreende como o que cada uma das demonstrações financeiras geradas pela contabilidade evidencia? Ou que tipo de informação elas transmitem?		
3.5	No seu ponto de vista as demonstrações financeiras permitem uma análise da eficácia da entidade no cumprimento de seus objetivos e a capacidade de financiar-se?		
3.6	Houve algum momento em que esta informação foi decisiva para a continuidade do negocio ou foi fator decisivo para alguma projeção futura?	-	Hipótese 1
3.7	Houve algum momento em que a informação entregue a você foi falha? Ou a falta desta informação causou impactos negativos à empresa?	-	Hipótese 1
3.8	Tem familiaridade com as informações contábeis bem como análises financeiras (horizontal, vertical, aplicação de índices)?	-	Hipótese 1

#	Questão	Referência Bibliográfica	Hipótese a Testar
3) Importância da Informação e Análises.			
3.10	Costuma comparar estas informações com outras empresas com o objetivo de concluir sobre o desempenho da empresa?	-	-
3.11	Confronta estes saldos com informações extra contábeis geradas internamente?	-	Hipótese 1
4) Impactos na Entidade			
Em seu ponto de vista as demonstrações financeiras são fornecer e auxiliar a entidade a gerir:			
4.1	Gestão das receitas.	- Resnik 1990.	-
4.2	Gestão dos custos e despesas.	- Nunes e	-
4.3	Folha de pagamento e pessoal.	Sarrasqueiro, 2004.	-
4.4	Investimentos em frota e infraestrutura.	-NTU, 2017	-

APÊNDICE B – Resumo dos dados Obtidos

	Empresa 1	Empresa 2	Empresa 3
Ano de Fundação	1969	1966	1972
Serviços Prestados	Transporte urbano municipal de passageiros.	Transporte urbano intermunicipal de passageiros	Transporte urbano municipal de passageiros, transporte urbano intermunicipal de passageiros, turismo e fretamento.
Faturamento em 2016	R\$ 39 milhões	R\$ 2 milhões	R\$ 65 milhões
Número de Funcionários	470 funcionários	19 funcionários	650 funcionários
Cargo ocupado	Sócio/Diretor	Sócio/Diretor	Sócio/Diretor
Tempo de atuação no Cargo	Aprox. 10 anos	Aprox. 20 anos	Aprox. 20 anos
Regime tributário	Lucro Real	Lucro Real	Lucro Real
Pública as demonstrações financeiras	Não	Não	Não
As informações contábeis são geradas Internamente?	Não	Não	Não
Forma de contratação do escritório de Contabilidade responsável pela escrituração.	Por meio de Indicação de terceiros.	Por indicação, todavia, não teve participação direta na contratação.	Por meio de Indicação de terceiros.
Qual tipo de Serviço Prestado?	Escrituração contábil e fiscal.	Escrituração contábil e fiscal.	Escrituração contábil e fiscal.
Empresa possui sistema informatizado?	Sim, não é integrado com a contabilidade.	Sim, não é integrado com a contabilidade.	Sim, não é integrado com a contabilidade.
Confia no trabalho desenvolvido pelo Departamento?	Sim	Sim	Parcialmente.
A empresa provê toda informação necessária ao departamento contábil?	Sim	Sim	Sim
Quais tipos de informação costuma Receber? Em qual periodicidade?	Balancetes contábeis, em base mensal e Demonstrações financeiras base anual.	Balancetes contábeis, em base mensal e Demonstrações financeiras base anual.	Balancetes contábeis, em base mensal e Demonstrações financeiras base anual.
De que forma recebe? Há a presença de um profissional da área contábil para transmitir estas informações a você?	Eletronicamente. A discussão dos saldos com escritório ocorre em bases trimestrais.	Eletronicamente. A discussão dos saldos com escritório ocorre em bases trimestrais.	Eletronicamente. A discussão dos saldos com escritório ocorre em bases trimestrais.

	Empresa 1	Empresa 2	Empresa 3
Busca auxílio de terceiros para interpretar os dados contidos nestes relatórios?	Não	Não	Periodicamente, contrata auditorias pontuais.
Existe algum tipo de Informação a qual a empresa prefere não compartilhar com o escritório de contabilidade? Por qual motivo?	Não	Não	Não
Existe alguma informação que não recebe do departamento contábil, mas gostaria de receber?	Desconhece a existência de outras informações diferentes daquelas que costuma receber.	Não	Gostaria de receber informações segregadas por tipo de contrato na qual a empresa presta serviços.
A empresa tem o costume traçar metas, realizar projeções e revisá-las? Com qual frequência?	Sim	Sim	Sim
No seu ponto de vista o profissional de contabilidade deve participar das decisões estratégicas da empresa? projeções para investimento, financiamento? Isso ocorre em sua empresa?	Sim, principalmente na contratação de empréstimos e financiamentos além de outros eventos.	Sim, em outros eventos além da apresentação trimestral das informações contábeis.	Sim, mas julga a participação dos contadores muito passiva. O entrevistado entende que é necessário maior proatividade do escritório.
No seu ponto de vista, o escritório dedica tempo suficiente para sua empresa, dando o suporte necessário para as informações?	Parcialmente.	Sim	Parcialmente.
Melhorias no serviço prestado.	Gostaria de maior participação dos profissionais de contabilidade em problemas cotidianos.	Não há melhorias	Maior pro atividade dos profissionais de contabilidade.
Tem familiaridade com os termos apresentados nas demonstrações financeiras?	Sim	Sim	Sim
Compreende como o que cada uma das demonstrações financeiras geradas pela contabilidade evidencia? Ou que tipo de informação elas transmitem?	Sim	Sim	Sim

	Empresa 1	Empresa 2	Empresa 3
No seu ponto de vista as demonstrações financeiras permitem uma análise da eficácia da entidade no cumprimento de seus objetivos e a capacidade de financiar-se?	Sim	Sim	Sim, mas há ressalvas quanto à exatidão dos saldos prestados.
Houve algum momento em que esta informação foi decisiva para a continuidade do negocio ou foi fator decisivo para alguma projeção futura?	Sim, principalmente no investimento em frota.	Não soube pontuar um evento específico.	Não
Houve algum momento em que a informação entregue a você foi falha? Ou a falta desta informação causou impactos negativos à empresa?	Não	Não soube pontuar um evento específico.	Faltou pro atividade por parte do escritório de contabilidade em aconselhar sobre alternativas na estrutura societária.
Costuma comparar estas informações com outras empresas com o objetivo de concluir sobre o desempenho da empresa?	Não. Muito difícil conseguir este tipo de informação.	Não	Não. Muito difícil conseguir este tipo de informação.
Confronta estes saldos com informações extra contábeis geradas internamente?	Sim, principalmente avaliação das receitas.	Sim	Sim, principalmente avaliação das receitas.

APÊNDICE C – Carta convite

Olá, meu nome é Daniel Tonsic de Araujo. Sou Mestrando em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC- SP), sob a orientação do Prof. Dr. Sergio de Ludícibus. Este primeiro contato tem o objetivo de convidar sua empresa para participar da pesquisa que estamos desenvolvendo.

Considerando a relevância social, financeira e as características singulares das empresas de Transportes Urbanos, o objetivo desta pesquisa é compreender a percepção da influência das informações contábeis na tomada de decisão de sua empresa.

A opinião de sua empresa será dada através de uma entrevista semiestruturada³ em data que seja oportuna⁴ e que pode ser realizada mediante a visita à empresa, contato telefônico ou contato via Skype®.

Destaco que, os resultados serão apresentados de forma consolidada, sem atribuir qualquer aspecto que possa identificar você ou sua empresa. Ademais as declarações dadas ao longo da entrevista são confidenciais e não serão distribuídas a terceiros.

Não deixe de participar! Os resultados desta pesquisa podem gerar dados que servirão de ajuda para contabilistas, gestores e proprietários do segmento a compreender a importância e aplicação de informações contábeis na gestão das empresas.

Caso tenha interesse em participar, peço que responda este e-mail com as um telefone de contato ou, preencha o formulário clicando no link abaixo.

<https://goo.gl/forms/TB7wT6UtYDBnOiM33>

Muito obrigado.

Daniel Tonsic de Araujo

Mestrando em Ciências Contábeis e Atuariais – PUC/SP

e-mail: daniel.tonsic.mestrando@gmail.com

³ Questionário composto com perguntas específicas do setor nas quais o entrevistado poderá fornecer sua livre opinião.

⁴ As entrevistas ocorreram entre 01/09/2017 e 15/10/2017.